



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 310,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

IMPRESA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresanacional@impresanacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no *site* www.impresanacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.*

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 280/14:

Aprova o Estatuto Orgânico do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Decreto Presidencial n.º 281/14:

Cria o Instituto Nacional de Sangue, abreviadamente designado INS e aprova o seu Estatuto Orgânico. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Decreto Presidencial n.º 282/14:

Concede à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol - E.P.), adiante designada por Concessionária Nacional, os direitos mineiros de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área de concessão do Bloco KON 4.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 280/14 de 30 de Setembro

Considerando que o Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/13, de 25 de Junho, estabelece as Regras de Criação, Estruturação e Funcionamento dos Institutos Públicos;

Havendo necessidade de se estabelecer e adequar as Regras de Organização e Funcionamento do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases, de forma a corresponder às exigências actuais;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Estatuto Orgânico do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Julho de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Setembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ESTATUTO ORGÂNICO DO INSTITUTO DE COMBATE E CONTROLO DAS TRIPANOSSOMÍASES

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Definição e natureza)

1. O Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases, abreviadamente designado por «ICCT», é o órgão encarregue de desenvolver acções no domínio do combate à doença do sono, à luta anti-vectorial e investigação em doenças parasitárias tropicais.

2. O ICCT é um instituto público do sector administrativo, dotado de personalidade e capacidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

ARTIGO 2.º (Objecto)

O presente Estatuto estabelece o modo de estruturação e funcionamento do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases.

ARTIGO 3.º (Sede e âmbito)

O ICCT tem a sua sede em Luanda e exerce a sua actividade em todo o território nacional, através de serviços provinciais que podem ser criados sempre que a prossecução das suas atribuições assim o justificarem.

ARTIGO 4.º (Legislação aplicável)

O ICCT rege-se pelo presente Estatuto, pelas normas especiais estabelecidas pelo Ministério da Saúde e demais legislação sobre a Administração Pública.

ARTIGO 5.º (Superintendência)

O ICCT está sujeito à superintendência do Titular do Poder Executivo, exercidas pelo Ministro da Saúde, que se traduz na faculdade de:

- a) Definir as linhas e os objectivos principais da actividade do ICCT;
- b) Nomear e exonerar os responsáveis do ICCT;
- c) Indicar os objectivos, estratégias, metas e critérios de oportunidade política, administrativa, com enquadramento sectorial e global na administração pública e no conjunto das actividades económicas, sociais e culturais do País;
- d) Aprovar o estatuto de pessoal e o plano de carreiras do pessoal do quadro, bem como a tabela salarial dos que não estejam sujeitos ao regime da função pública;
- e) Autorizar a criação de representações locais.

ARTIGO 6.º (Atribuições)

O Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar e propor a política nacional em matéria de luta contra a tripanossomíase humana africana ou doença do sono;
- b) Definir as estratégias e os métodos para a sua implementação;
- c) Implementar as actividades de diagnóstico, tratamento e seguimento dos doentes, bem como a luta anti-vectorial;
- d) Orientar e coordenar as actividades dos diferentes parceiros na luta contra a doença do sono;
- e) Assegurar a vigilância epidemiológica;

- f) Dispor de um Centro de Referência Nacional, capaz de acolher e efectuar as actividades de investigação para a vigilância da tripanossomíase humana africana e pesquisa de outras doenças parasitárias de foro tropical;
- g) Dispor de serviços de urgência diurno e nocturno, nas áreas médico-hospitalar e laboratorial;
- h) Servir de local para estágios de estudantes das universidades e pesquisadores ligados às ciências da saúde;
- i) Assegurar a educação, informação e comunicação a população sobre a doença do sono e outras doenças parasitárias tropicais;
- j) Trocar experiências e informações com os outros programas ou unidades sanitárias sobre as doenças parasitárias tropicais;
- k) Assegurar o relacionamento com os programas nacionais de luta contra as tripanossomíases da região, bem como com as instituições regionais e internacionais, no domínio da ciência e investigação;
- l) Promover as actividades do Instituto junto dos financiadores no âmbito da mobilização dos recursos adicionais;
- m) Avaliar periodicamente o impacto das acções de luta, podendo-o ser em colaboração com instituições externas;
- n) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO II Organização em Geral

ARTIGO 7.º (Órgãos e serviços)

A estrutura orgânica do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases compreende os seguintes órgãos e serviços:

1. Órgãos de Gestão:
 - a) Conselho Directivo;
 - b) Director Geral;
 - c) Conselho Nacional das Tripanossomíases;
 - d) Conselho Científico;
 - e) Conselho Fiscal.
2. Serviços de Apoio Agrupados:
 - a) Departamento de Apoio ao Director Geral;
 - b) Departamento de Administração e Serviços Gerais;
 - c) Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação.
3. Serviços Executivos:

Centro de Referência e Investigação para Vigilância das Tripanossomíases e outras Doenças Tropicais, que compreende os seguintes departamentos:

 - a) Departamento de Referência Médica e Hospitalar para as Tripanossomíases;
 - b) Departamento de Investigação Científica para as Tripanossomíases e Outras Doenças Parasitárias Tropicais;

- c) Departamento de Laboratórios;
- d) Departamento de Gestão Técnica e Supervisão;
- e) Departamento de Ensino, Formação, Ética e Informação, Educação e Comunicação.

4. Serviços Locais:

Departamentos Provinciais.

CAPÍTULO III Organização em Especial

SECÇÃO I Órgãos de Gestão

ARTIGO 8.º (Conselho Directivo)

1. O Conselho Directivo é o órgão colegial encarregue de deliberar sobre os aspectos de gestão técnica e administrativa, definindo as grandes linhas de actividade do ICCT.
2. O Conselho Directivo é composto pelos seguintes membros:
 - a) Director Geral, que o preside;
 - b) Directores Gerais-Adjuntos;
 - c) Chefes de Departamento;
 - d) Dois vogais designados pelo Órgão de Superintendência.
3. O Presidente pode convidar quaisquer entidades, cujo parecer entenda necessário para a tomada de decisões relativas às matérias a serem tratadas pelo Conselho Directivo.
4. O Conselho Directivo tem as seguintes competências:
 - a) Aprovar os instrumentos de gestão previsional e os documentos de prestação de contas do Instituto;
 - b) Aprovar a organização técnica e administrativa, bem como os regulamentos internos dos órgãos e serviços do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases;
 - c) Aprovar a documentação a submeter ao Conselho Nacional de Tripanossomíases;
 - d) Proceder ao acompanhamento sistemático da actividade do Instituto, tomando as providências que as circunstâncias exigirem;
 - e) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.
5. O Conselho Directivo reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 9.º (Director Geral)

1. O Director Geral é o órgão singular de gestão do Instituto, nomeado em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, escolhido dentre os técnicos nacionais mais diferenciados e com conhecimentos em gestão.
2. O Director Geral tem as seguintes competências:
 - a) Definir orientações e directivas de âmbito nacional para o Instituto;
 - b) Representar o Instituto em juízo e fora dele;

- c) Dirigir os serviços internos, exercendo os poderes de gestão técnica, Administrativa e patrimonial;
- d) Presidir o Conselho Directivo;
- e) Propor a nomeação e a exoneração dos responsáveis do Instituto ao Órgão de superintendência;
- f) Preparar os instrumentos de gestão previsional e os regulamentos internos que se mostrem necessários ao funcionamento do Instituto e submetê-los à aprovação do Conselho Directivo para a sua execução;
- g) Remeter os instrumentos de gestão ao Órgão de Superintendência e as instituições de controlo interno e externo, nos termos da legislação em vigor, após parecer do Conselho Fiscal;
- h) Promover e colaborar na organização de encontros nacionais e internacionais sobre o combate e controlo das tripanossomíases, luta anti-vectorial e o estudo de outras doenças parasitárias tropicais;
- i) Emitir ordens de serviço e instruções necessárias ao bom funcionamento do ICCT;
- j) Elaborar na data estabelecida por lei o relatório de actividades e as contas respeitantes ao ano anterior, submetendo à aprovação do Conselho Directivo;
- k) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. No exercício das suas funções, o Director Geral é coadjuvado por dois Directores Gerais-Adjuntos, nomeados pelo Órgão de Superintendência, que exercem as competências que lhe são delegadas pelo Director Geral, bem como as especificadas em regulamentos internos.

4. Na ausência ou impedimento do Director Geral, este deve indicar um dos Directores Gerais-Adjuntos para o substituir.

ARTIGO 10.º

(Conselho Nacional das Tripanossomíases)

1. O Conselho Nacional das Tripanossomíases é o órgão de consulta e concertação nacional encarregue de definir as grandes linhas de actuação das actividades de luta e controlo das tripanossomíases.

2. O Conselho Nacional das Tripanossomíases é composto pelos seguintes membros:

- a) Ministro da Saúde, que o preside;
- b) Ministro de Agricultura;
- c) Ministro das Pescas;
- d) Ministro da Administração do Território;
- e) Governadores das Províncias Endémicas;
- f) Director Geral do Instituto de Controlo e Combate das Tripanossomíases;
- g) Director Geral do Instituto Nacional de Saúde Pública;
- h) Director Geral do Instituto de Investigação Veterinária;
- i) Director Geral do Instituto dos Serviços Veterinários;
- j) Representante de cada parceiro de terreno;

- k) Representante de cada instituição doadora;
- l) Pessoas singulares ou colectivas dedicadas ao combate da doença do sono em Angola previamente identificadas;
- m) Membros da Direcção Central e Provincial do Instituto.

3. O Ministro da Saúde pode convidar a participar nas reuniões do Conselho outras entidades que desenvolvem actividades ligadas ao combate e controlo das tripanossomíases.

4. O Conselho Nacional das Tripanossomíases reúne-se uma vez por ano, no fim do I Trimestre do ano civil.

5. O Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases assegura o Secretariado do Conselho Nacional das Tripanossomíases.

ARTIGO 11.º

(Conselho Científico)

1. O Conselho Científico é o órgão de consulta científica do Director Geral, encarregue de delinear as metodologias científicas apropriadas para o combate, controlo e investigação da doença do sono e outras doenças parasitárias e tropicais.

2. O Conselho Científico é presidido pelo Director Geral e composto por responsáveis e quadros do ICCT.

3. O Conselho Científico é composto por peritos em matéria médico-sanitário específica das tripanossomíases e de outras áreas do saber.

4. O Presidente pode convidar quaisquer entidades, cujo parecer entenda necessário para a tomada de decisões relativas às matérias a serem tratadas pelo Conselho Científico.

5. O Conselho Científico reúne-se ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 12.º

(Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é o órgão colegial de controlo e fiscalização interna, encarregue de analisar e emitir parecer de índole económico-financeira e patrimonial sobre a actividade do Instituto, nomeado pelo Ministro da Saúde.

2. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente indicado pelo Titular do Órgão Responsável pelo Sector da Finanças e dois vogais indicados pelo Ministro da Saúde, devendo um deles ser especialista em contabilidade pública.

3. O Presidente pode convidar quaisquer entidades, cujo parecer entenda necessário para a tomada de decisões relativas às matérias a serem tratadas pelo Conselho Fiscal.

4. O Conselho Fiscal tem as seguintes competências:

- a) Emitir, na data legalmente estabelecida, parecer sobre as contas anuais, relatório de actividades e proposta de orçamento do Instituto;
- b) Emitir parecer sobre o cumprimento das normas reguladoras da actividade do Instituto;
- c) Proceder à verificação regular dos fundos existentes e fiscalizar a escrituração da contabilidade;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

5. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente de 3 (três) em (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário por convocatória do seu Presidente.

6. A convocatória das reuniões é feita com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, devendo conter a indicação precisa dos assuntos a tratar e ser acompanhada dos documentos sobre os quais o Conselho Fiscal é chamado a pronunciar-se.

7. As reuniões extraordinárias devem ser convocadas com antecedência mínima de três dias.

SECÇÃO II

Serviços de Apoio Agrupados

ARTIGO 13.º

(Departamento de Apoio ao Director Geral)

1. O Departamento de Apoio ao Director Geral é serviço encarregue de desenvolver as funções de secretariado de direcção, assessoria técnica e jurídica, intercâmbio, informação e comunicação.

2. O Departamento de Apoio ao Director Geral tem as seguintes competências:

- a) Elaborar estudos e emitir parecer, bem como preparar informações sobre matérias de natureza jurídica;
- b) Elaborar ou apreciar minutas de contratos, acordos e despachos que lhe sejam solicitados pela Direcção do Instituto;
- c) Secretariar as reuniões do Conselho Directivo;
- d) Assegurar a obtenção, a actualização e a divulgação da informação técnica referente à participação do Instituto nas reuniões nacionais, internacionais e regionais;
- e) Garantir o tratamento bibliográfico, arquivístico e documental, de forma a manter actualizada a base de dados de interesses para as actividades do Instituto;
- f) Assegurar a reprodução, tradução e retroversão da documentação;
- g) Servir de elo entre o Instituto e os órgãos de comunicação social e desenvolver actividades dirigidas à promoção da imagem da Instituição;
- h) Estabelecer e assegurar parcerias com instituições nacionais e internacionais;
- i) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Apoio ao Director Geral é dirigido por um Chefe de Departamento com formação superior em ciências sociais ou afins, nomeado pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

ARTIGO 14.º

(Departamento de Administração e Serviços Gerais)

1. O Departamento de Administração e Serviços Gerais é o serviço de apoio encarregue da gestão orçamental, finanças, património, transporte, relações públicas e protocolo.

2. O Departamento de Administração e Serviços Gerais tem as seguintes competências:

- a) Elaborar o orçamento que projecta as despesas e o relatório da prestação de contas;
- b) Fazer a escrituração das despesas efectuadas;
- c) Gerir o património do ICCT;
- d) Assegurar a conservação dos bens materiais e actualizar o inventário patrimonial da Instituição;
- e) Garantir a logística relativas às actividades de luta e controlo das tripanossomíases e do seu vector no terreno;
- f) Assegurar o abastecimento técnico material para o normal funcionamento do Instituto;
- g) Assegurar actividades de apoio protocolar do Instituto;
- h) Supervisionar todas as actividades relacionadas com a sua área a nível nacional;
- i) Propor para cada ano o plano de trabalho do Departamento;
- j) Elaborar o relatório das actividades do Instituto;
- k) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Administração e Serviços Gerais é dirigido por um Chefe de Departamento com formação superior em gestão ou ciências económicas, nomeado por Despacho do Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

ARTIGO 15.º

(Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação)

1. O Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação é o serviço de apoio encarregue de assegurar a gestão de pessoal, modernização e inovação dos serviços.

2. O Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação tem as seguintes competências:

- a) Gerir os recursos humanos e o sistema de informação;
- b) Planificar e garantir, em estreita colaboração com outros serviços, a formação e/ou a reciclagem do pessoal;
- c) Assegurar o processo de recrutamento, selecção e admissão de novos funcionários;
- d) Fazer o controlo de processamento de folhas de salários;
- e) Assegurar a materialização das orientações e procedimentos metodológicos dos recursos humanos e da funcionalidade dos serviços;
- f) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação é dirigido por um Chefe de Departamento com formação superior em ciências sociais, nomeado pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

SECÇÃO III
Serviços Executivos

ARTIGO 16.º
(Centro de Referência e Investigação
para Vigilância das Tripanossomíases
e outras Doenças Parasitárias Tropicais «CRIV-DT»)

1. O Centro de Referência e Investigação para Vigilância das Tripanossomíases e outras Doenças Parasitárias Tropicais é o serviço executivo central do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases que realiza as actividades de referência e investigações ligadas às tripanossomíases e outras doenças parasitárias tropicais.

2. O Centro de Referência e Investigação para Vigilância das Tripanossomíases e outras Doenças Parasitárias Tropicais, tendo em conta a sua dimensão e suas características específicas, estrutura-se em:

- a) Departamento de Referência Médica e Hospitalar para as Tripanossomíases;
- b) Departamento de Investigação Científica para as Tripanossomíases e outras Doenças Parasitárias Tropicais;
- c) Departamento de Laboratórios;
- d) Departamento de Gestão Técnica e Supervisão;
- e) Departamento de Ensino, Formação, Ética e Informação, Educação e Comunicação.

3. O Centro de Referência e Investigação para Vigilância das Tripanossomíases e outras Doenças Parasitárias Tropicais é dirigido pelo Director Geral, coadjuvado por Chefes de Departamento das respectivas áreas.

ARTIGO 17.º
(Departamento de Referência Médica e Hospitalar
para as Tripanossomíases)

1. O Departamento de Referência Médica e Hospitalar para as Tripanossomíases é o serviço executivo central do ICCT, que integra os serviços de assistência às urgências médicas, consultas externas, internamento, imagiologia médica, unidade de cuidados intensivos, catalogação e um arquivo específico.

2. O Departamento de Referência Médica e Hospitalar para as Tripanossomíases tem as seguintes competências:

- a) Organizar, planificar, administrar e supervisionar toda a actividade hospitalar;
- b) Prestar assistência médica e medicamentosa aos pacientes que procuram cuidados médicos;
- c) Promover a melhoria do conhecimento técnico-profissional do pessoal médico, de enfermagem e de diagnóstico e terapêutica;
- d) Coordenar as áreas de consulta externa, laboratório hospitalar, imagiologia, farmácia, assistência de urgência médica e internamento;
- e) Organizar o sistema de referência e contra referência;

- f) Propor a formação do pessoal em áreas específicas da actividade hospitalar;
- g) Assegurar um registo fiável de dados sobre a doença do sono;
- h) Velar pela emissão de pareceres de índole ética sobre o combate e controlo das tripanossomíases;
- i) Propor para cada ano o plano de trabalho do seu Departamento;
- j) Elaborar relatórios de actividades mensal e anual;
- k) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Referência Médica e Hospitalar para as Tripanossomíases é dirigido por um Chefe de Departamento com formação superior em ciências médicas, nomeado pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

ARTIGO 18.º
(Departamento de Investigação Científica
para as Tripanossomíases e outras Doenças Parasitárias Tropicais)

1. O Departamento de Investigação Científica para as Tripanossomíases e outras Doenças Parasitárias Tropicais é o serviço executivo central que integra a gestão de estudos e projectos, epidemiologia e vigilância, implementação de projectos de investigação, monitoria, avaliação, registo e controlo.

2. O Departamento de Investigação Científica para as Tripanossomíases e outras Doenças Parasitárias Tropicais tem as seguintes competências:

- a) Orientar metodologicamente as actividades operacionais de terreno para o Combate e Controlo da Tripanossomíase;
- b) Assegurar o controlo de qualidade dos serviços prestados a população no quadro da luta contra as tripanossomíases e da luta anti-vectorial;
- c) Apoiar a divulgação da informação científica sobre as tripanossomíases;
- d) Planificar e garantir, em estreita colaboração com os outros serviços executivos, a formação e/ou a reciclagem do pessoal e parceiros;
- e) Propor áreas específicas de formação em função das actividades de terreno;
- f) Planificar a vigilância epidemiológica das tripanossomíases no País;
- g) Elaborar painéis de discussão científica;
- h) Participar na análise da estatística dos serviços realizados;
- i) Apoiar os serviços de veterinária do Ministério da Agricultura, na profilaxia e combate das Tripanossomíases e de outras epizootias a todos os níveis;
- j) Emitir pareceres científicos sobre assuntos relacionados com as doenças parasitárias tropicais;

k) Propor para cada ano o plano de trabalho do seu Departamento;

l) Elaborar o relatório de actividades mensal e anual;

m) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Investigação Científica para as tripanossomíases e outras Doenças Parasitárias Tropicais é dirigido por um Chefe de Departamento com formação superior em ciências médicas, nomeado pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

ARTIGO 19.º

(Departamento de Laboratórios)

1. O Departamento de Laboratórios é o serviço executivo central que integra os serviços de laboratório de rotina médica, entomologia, biologia molecular e apoio à investigação científica.

2. O Departamento de Laboratórios tem as seguintes competências:

- a) Assegurar os exames laboratoriais de rotina da doença do sono e de outras doenças parasitárias tropicais;
- b) Realizar pesquisas aplicadas nas áreas de laboratório, epidemiologia e clínica das tripanossomíases e outras doenças parasitárias mais prevalentes no País;
- c) Implementar ensaios sobre a factibilidade dos meios de captura das glossinas e vectores de outras doenças parasitárias tropicais;
- d) Realizar pesquisas laboratoriais destinadas a descoberta de métodos inovadores de diagnóstico e tratamento das tripanossomíases e outras doenças parasitárias tropicais;
- e) Contribuir na publicação dos resultados da produção científica;
- f) Colaborar no intercâmbio científico com as instituições de ensino superior e de pesquisa a nível nacional e internacional;
- g) Desenvolver o funcionamento da área de biologia molecular;
- h) Criar faseadamente o serviço de experimentação animal;
- i) Assegurar o funcionamento da cadeia de frio;
- j) Propor a formação de técnicos na área de pesquisa laboratorial;
- k) Velar pela emissão de pareceres de índole ética sobre assuntos laboratoriais;
- l) Propor para cada ano o plano de trabalho do seu Departamento;
- m) Elaborar relatório de actividades mensal e anual;
- n) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Laboratórios é dirigido por um Chefe de Departamento com formação superior em ciências médicas ou biomédicas, nomeado pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

ARTIGO 20.º

(Departamento de Gestão Técnica e Supervisão)

1. O Departamento de Gestão Técnica e Supervisão é o serviço executivo central que integra os serviços de logística específica, gestão da constituição das equipas móveis de rastreio e da luta anti-vectorial, farmácia, estatística, supervisão e seguimentos dos doentes do sono.

2. O Departamento de Gestão Técnica e Supervisão tem as seguintes competências:

- a) Preparar e organizar as equipas móveis de rastreio e da luta anti-vectorial;
- b) Fazer a recolha e actualização de informações sobre o estado das actividades técnicas a nível provincial e central;
- c) Proceder o levantamento periódico das necessidades de material dos Departamentos dos Serviços Executivos;
- d) Propor a aquisição de materiais, equipamentos e outros meios para a execução eficiente dos trabalhos específicos;
- e) Avaliar com indicadores quantificados o desempenho técnico-profissional dos trabalhos dos Serviços Executivos Centrais e Locais do Instituto;
- f) Contribuir para vigilância epidemiológica das tripanossomíases no País;
- g) Realizar a recolha, processamento e tratamento dos dados estatísticos;
- h) Propor para cada ano o plano de trabalho do seu Departamento;
- i) Elaborar e compilar o relatório de actividades mensal e anual;
- j) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Gestão Técnica e Supervisão é dirigido por um Chefe de Departamento com formação superior, nomeado pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

ARTIGO 21.º

(Departamento de Ensino, Formação, Ética, Informação, Educação e Comunicação)

1. O Departamento de Ensino Formação, Ética, Informação, Educação e Comunicação é o serviço executivo central que integra os serviços de formação teórica e prática, capacitação, documentação, promoção para a saúde e gestão dos trabalhos de ética.

2. O Departamento de Ensino Formação, Ética, Informação, Educação e Comunicação tem as seguintes competências:

- a) Assegurar a formação e capacitação contínua dos técnicos do Instituto a todos os níveis;
- b) Promover seminários, palestras e outras actividades, visando melhorar os conhecimentos e competências dos profissionais de saúde no local de trabalho;
- c) Enquadrar os estudantes e estagiários provenientes de instituições de ensino no ramo de ciências da saúde;
- d) Estabelecer e investigar parcerias benéficas com as instituições de formação a nível nacional e internacional;
- e) Assegurar a gestão dos processos relacionados com a ética;
- f) Assegurar a informação e educação destinada a população;
- g) Manter um serviço de biblioteca e arquivo;
- h) Garantir um serviço de informática;
- i) Propor para cada ano o plano de trabalho do seu Departamento;
- j) Elaborar o relatório de actividades mensal e anual;
- k) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Ensino, Formação, Ética, Informação, Educação e Comunicação é dirigido por um Chefe de Departamento com formação superior, nomeado pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

SECÇÃO IV Serviços Locais

ARTIGO 22.º (Departamentos Provinciais)

1. Os Departamentos Provinciais representam o Instituto e implementam as estratégias de combate e controlo das tripanossomíases ao nível das províncias endémicas da doença do sono.

2. Os Departamentos Provinciais do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases têm as seguintes competências:

- a) Participar nos trabalhos de planificação das actividades das Equipas Móveis e Luta Anti-vectorial ao nível das províncias concernentes em coordenação com o Departamento de Operações;
- b) Implementar as actividades operacionais ao nível dos Centros de Diagnóstico e Tratamento, Equipas Móveis e de Luta Anti-vectorial;
- c) Assegurar a recolha e envio regular de dados sobre a situação epidemiológica das tripanossomíases e dados da luta anti-vectorial para o Departamento de Gestão Técnica e Supervisão;
- d) Manter o elo entre as Direcções Provinciais de Saúde e o Instituto;

e) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. Cada Departamento Provincial desenvolve as suas acções através das seguintes secções:

- a) Centros de Diagnóstico e Tratamento;
- b) Equipas Móveis e da Luta Anti-vectorial.

4. A criação de serviços locais deve resultar do reconhecimento através de acto dos Titulares do Órgão de Superintendência e da Administração do Território da sua necessidade efectiva na respectiva localidade.

5. O Departamento Provincial é dirigido por um Chefe de Departamento possuidor de uma formação superior em ciências de saúde ou por um técnico de saúde com experiência reconhecida na área das tripanossomíases, nomeado pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

CAPÍTULO IV Gestão Financeira e Patrimonial

ARTIGO 23.º (Autonomia financeira)

1. O Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases é uma instituição do sector administrativo que, pela natureza das suas funções e tarefas, não reúne as condições susceptíveis de gerar receitas na actividade que desenvolve, e possui autonomia financeira limitada à gestão dos recursos aprovados pelo Orçamento Geral do Estado.

2. O Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases está inscrito no Orçamento Geral do Estado como unidade orçamentada e beneficia de verbas adequadas a prossecução das suas actividades.

3. A gestão financeira e contabilística da dotação orçamental referida no número anterior fica sujeita às Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado e ao Plano Geral de Contabilidade Pública.

ARTIGO 24.º (Autonomia de gestão)

A gestão do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases é da responsabilidade dos seus órgãos, estando apenas sujeita às obrigações e limites inerentes aos poderes de superintendência nos termos da lei.

ARTIGO 25.º (Instrumentos de gestão)

1. A gestão do ICCT é orientada pelos seguintes instrumentos:

- a) Plano de actividade anual e plurianual;
- b) Orçamento próprio anual;
- c) Relatório de actividades;
- d) Balanço e demonstração da origem e aplicação de fundos.

2. Os instrumentos de gestão previsional a que se referem as alíneas a) e b) do número anterior devem, após apreciação e discussão pelo Conselho Directivo, ser submetidos ao Ministério da Saúde para aprovação.

ARTIGO 26.º
(Aquisição de bens e serviços)

Para a realização das suas funções, o Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases faz aquisição de bens e serviços mediante concurso público, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 27.º
(Regime financeiro)

1. No domínio da gestão financeira, o Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases está sujeito às seguintes regras:

- a) Elaborar orçamentos que projectem todas as receitas e despesas do Instituto;
- b) Sujeitar as transferências de receitas à programação financeira do Tesouro Nacional e do Orçamento Geral do Estado;
- c) Solicitar aos serviços competentes do Ministério das Finanças, as dotações inscritas no orçamento;
- d) Repor na Conta Única do Tesouro os saldos financeiros transferidos do Orçamento Geral do Estado e não aplicados no ano anterior;
- e) Viabilizar a realização de auditoria financeira interna ou externa, traduzida na análise das contas, da legalidade e regularidade financeira das despesas efectuadas, bem como analisar a sua eficiência e eficácia;
- f) Acompanhar a execução financeira e orçamental através de um serviço de auditoria interna, tecnicamente independente dos Órgãos de Gestão.

2. A gestão financeira do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases não integra o poder de contrair empréstimos e créditos.

ARTIGO 28.º
(Património)

A alienação do património mobiliário e imobiliário do Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases carece de autorização do Ministério da Saúde e dos serviços competentes do Ministério das Finanças.

ARTIGO 29.º
(Responsabilidade por actos financeiros)

A prática de actos financeiros, em violação do disposto no presente Diploma e das leis gerais sobre a matéria, faz incorrer os seus autores em responsabilidade disciplinar, civil, financeira e criminal.

ARTIGO 30.º
(Prestação de contas)

Anualmente, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, são submetidos aos órgãos competentes do Ministério das Finanças, com conhecimento do Ministério da Saúde, os seguintes documentos de prestação de contas:

- a) Relatório de encerramento do exercício financeiro, instruído com o parecer do Conselho Fiscal;
- b) Balancetes trimestrais.

ARTIGO 31.º
(Fiscalização do Tribunal de Contas)

O ICCT está sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas, nos termos da lei.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 32.º
(Regime jurídico do pessoal)

1. O pessoal do quadro do ICCT está sujeito ao regime jurídico da função pública.

2. O pessoal não integrado no quadro do ICCT está sujeito ao regime jurídico do contrato de trabalho.

ARTIGO 33.º
(Seleção)

A selecção do pessoal do ICCT é feita pelos Órgãos de Gestão e Direcção do Instituto, mediante legislação aplicável.

ARTIGO 34.º
(Quadro de pessoal e organigrama)

O quadro de pessoal e o organigrama do ICCT constam dos Anexos I e II do presente Estatuto, dos quais são partes integrantes.

ARTIGO 35.º
(Suplemento remuneratório)

Por razões de complexidade e da natureza das actividades inerentes ao combate e controlo das tripanossomíases, os trabalhadores do Instituto podem beneficiar de uma remuneração suplementar de compensação, nos trabalhos de rastreio e de luta anti-glossínica, a ser definida por Despacho Conjunto dos Ministros da Saúde e das Finanças.

ARTIGO 36.º
(Regulamento interno)

A estrutura interna de cada órgão e serviço que integra o ICCT é definida em diploma próprio a aprovar pelo Conselho Directivo.

ARTIGO 37.º
(Logotipo)

1. O ICCT tem um logotipo em forma redonda com os seguintes dizeres:

- a) «Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases»;
- b) No interior, na parte superior está inserida a abreviatura do Ministério da Saúde «MINSA» e na parte inferior a abreviatura do próprio Instituto «ICCT»;
- c) Entre as duas abreviaturas, encontra-se o mapa de Angola com o vector das tripanossomíases «glossina» colocado ao centro e o parasita responsável da doença «tripanossoma» na parte inferior.

2. O logotipo do ICCT consta do Anexo III do presente Estatuto do qual é parte integrante.

ANEXO I
a que se refere o artigo 34.º
A. Quadro de Pessoal dos Serviços Centrais

1 - QUADRO DE PESSOAL DO REGIME GERAL

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade Profissional a Admitir	N.º de Lugares
Direcção e Chefia	Direcção	Director Geral		1
		Director Geral-Adjunto		2
	Chefia	Chefe de Departamento		8
Técnico Superior	Técnica Superior	Assessor Principal	Administração, Direito, Economia, Gestão e Tecnologia de Informação Ciências Sociais e Humanas	10
		Primeiro Assessor		
		Assessor		
		Técnico Superior Principal		
		Técnico Superior de 1.ª Classe		
		Técnico Superior de 2.ª Classe		
Técnico	Técnica	Técnico Especialista Principal	Contabilidade e Gestão de Empresa	3
		Técnico Especialista de 1.ª Classe		
		Técnico Especialista de 2.ª Classe		
		Técnico de 1.ª Classe		
		Técnico de 2.ª Classe		
		Técnico de 3.ª Classe		
Técnico Médio	Técnica Média	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	Direito, Administração e Gestão, Gestão de Recursos, Ciências Sociais, Tecnologia de Informação	8
		Técnico Médio Principal de 2.ª Classe		
		Técnico Médio Principal de 3.ª Classe		
		Técnico Médio de 1.ª Classe		
		Técnico Médio de 2.ª Classe		
		Técnico Médio de 3.ª Classe		
Administrativo	Administrativa	Oficial Administrativo Principal		10
		1.º Oficial		
		2.º Oficial		
		3.º Oficial		
		Aspirante		
		Escrutário Dactilógrafo		
	Tesoureiro	Tesoureiro Principal		0
		Tesoureiro de 1.ª Classe		
		Tesoureiro de 2.ª Classe		
	Motorista de Pesados	Motorista de Pesados Principal		1
		Motorista de Pesados de 1.ª Classe		
		Motorista de Pesados de 2.ª Classe		
	Motorista de Ligeiros	Motorista de Ligeiros Principal		2
		Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe		
		Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe		
	Telefonista	Telefonista Principal		1
		Telefonista de 1.ª Classe		
		Telefonista de 2.ª Classe		
Auxiliar	Operário Qualificado	Encarregado Qualificado		4
		Operário Qualificado de 1.ª Classe		
		Operário Qualificado de 2.ª Classe		
	Operário Não Qualificado	Encarregado		4
		Operário Não Qualificado de 1.ª Classe		
		Operário Não Qualificado de 2.ª Classe		

II - QUADRO DE PESSOAL DE REGIME ESPECIAL

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/ Cargo	Especialidade Profissional a Admitir	N.º de Lugares
Investigador	Investigativa	Investigador Coordenador	Parasitologia Médica, Imunologia Médica, Entomologia Médica, Epidemiologia, Economia de Saúde e Administração Sanitária	6
		Investigador Principal		
		Investigador Auxiliar		
		Assistente de Investigação		
		Estagiário de Investigação		
Médico	Médica de Saúde Pública	Chefe de Serviço	Saúde Pública, Cardiologia e Medicina Interna	10
		Assistente Graduado		
		Assistente		
		Interno Complementar II		
		Interno Complementar I		
		Interno Geral		
Enfermagem	Técnica Superior	Especialista em Enfermagem	Técnico Superior de Enfermagem	2
		Licenciado em Enfermagem de 1.ª Classe		
		Licenciado em Enfermagem de 2.ª Classe		
		Licenciado em Enfermagem de 3.ª Classe		
		Bacharel em Enfermagem de 1.ª Classe		
		Bacharel em Enfermagem de 2.ª Classe		
		Bacharel em Enfermagem de 3.ª Classe		
	Técnica	Técnico de Enfermagem Especializado	Técnico Médio de Enfermagem	30
		Técnico de Enfermagem de 1.ª Classe		
		Técnico de Enfermagem de 2.ª Classe		
		Técnico de Enfermagem de 3.ª Classe		
	Auxiliar	Auxiliar de Enfermagem de 1.ª Classe		5
		Auxiliar de Enfermagem de 2.ª Classe		
		Auxiliar de Enfermagem de 3.ª Classe		
Diagnóstico e Terapêutica	Técnica Superior	Téc. Ass. Principal de Diag. e Terap.	Biologia, Microbiologia, Análises Clínicas e Saúde Pública	3
		Téc. de Diag. e Terap. 1.º Assessor		
		Téc. Ass. de Diag. e Terap.		
		Téc. Principal de Diag. e Terap.		
		Téc. de Diag. e Terap. de 1.ª Classe		
		Téc. Sup. Diag. e Terap. de 2.ª Classe		
	Técnica	Téc. Espec. Principal de Diagnóstico e Terapêutic	Biologia, Microbiologia, Farmácia e Análises Clínicas	20
		Téc. Espec. de Diag. e Terap.		
		Téc. Principal de Diag. e Terap.		
		Téc. de Diag. e Terap. de 1.ª Classe		
		Téc. de Diag. e Terap. de 2.ª Classe		
	Auxiliar	Aux. Téc. de Diag. Terap. de 1.ª Classe		6
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 2.ª Classe		
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 3.ª Classe		

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/ Cargo	Especialidade Profissional a Admitir	N.º de Lugares
Apoio Hospitalar	Acção Médica	Vigilante de 1.ª Classe		3
		Vigilante de 2.ª Classe		
		Vigilante de 3.ª Classe		
		Maqueiro de 1.ª Classe		4
		Maqueiro de 2.ª Classe		
		Maqueiro de 3.ª Classe		
		Barbeiro de 1.ª Classe		
		Barbeiro de 2.ª Classe		
		Barbeiro de 3.ª Classe		
		Catalogador de 1.ª Classe		8
		Catalogador de 2.ª Classe		
		Catalogador de 3.ª Classe		
	Acção Alimentar	Cozinheiro Principal		
		Cozinheiro de 1.ª Classe		
		Cozinheiro de 2.ª Classe		
		Cozinheiro de 3.ª Classe		
		Copeiro de 1.ª Classe		
		Copeiro de 2.ª Classe		
		Copeiro de 3.ª Classe		
	Tratamento de Roupas	Operador de Lavandaria de 1.ª Classe		
		Operador de Lavandaria de 2.ª Classe		
		Operador de Lavandaria de 3.ª Classe		
		Costureiro de 1.ª Classe		
		Costureiro de 2.ª Classe		
		Costureiro de 3.ª Classe		
	Aprovisionamento e Vigilância	Fiel de Armazém de 1.ª Classe		3
		Fiel de Armazém de 2.ª Classe		
		Fiel de Armazém de 3.ª Classe		
		Porteiro de 1.ª Classe		
		Porteiro de 2.ª Classe		
		Porteiro de 3.ª Classe		

B. Quadro de Pessoal dos Serviços Provinciais

I - QUADRO DE PESSOAL DO REGIME GERAL

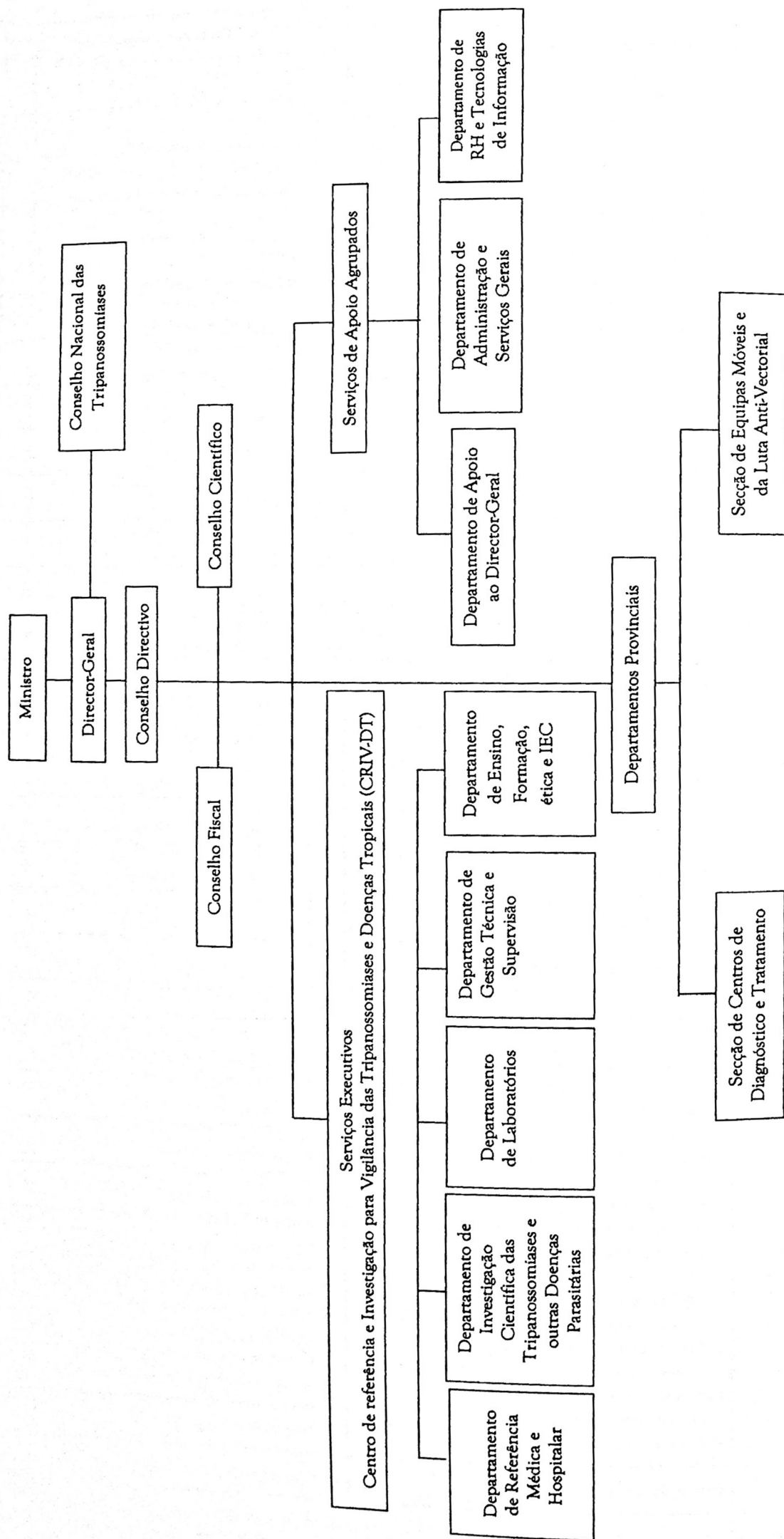
Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade Profissional a Admitir	N.º de Lugares
	Chefia	Chefe de Departamento		7
		Chefe de Secção		14
Técnico Superior	Técnica Superior	Assessor Principal	Administração, Direito, Economia, Gestão e Tecnologia de Informação Ciências sociais e humanas	7
		Primeiro Assessor		
		Assessor		
		Técnico Superior Principal		
		Técnico Superior de 1.ª Classe		
		Técnico Superior de 2.ª Classe		
Técnico	Técnica	Técnico Especialista Principal	Contabilidade e Gestão de Empresa	
		Técnico Especialista de 1.ª Classe		
		Técnico Especialista de 2.ª Classe		
		Técnico de 1.ª Classe		
		Técnico de 2.ª Classe		
		Técnico de 3.ª Classe		
Técnico Médio	Técnica Média	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	Direito, Administração e Gestão, Gestão de Recursos, Ciências Sociais, Tecnologia de Informação	7
		Técnico Médio Principal de 2.ª Classe		
		Técnico Médio Principal de 3.ª Classe		
		Técnico Médio de 1.ª Classe		
		Técnico Médio de 2.ª Classe		
		Técnico Médio de 3.ª Classe		
Administrativo	Administrativa	Oficial Administrativo Principal		6
		1.º Oficial		
		2.º Oficial		
		3.º Oficial		
		Aspirante		
		Escrutário Dactilógrafo		
	Tesoureiro	Tesoureiro Principal		
		Tesoureiro de 1.ª Classe		
		Tesoureiro de 2.ª Classe		
	Motorista de Pesados	Motorista de Pesados Principal		7
		Motorista de Pesados de 1.ª Classe		
		Motorista Pesados de 2.ª Classe		
	Motorista de Ligeiros	Motorista de Ligeiros Principal		7
		Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe		
		Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe		
	Telefonista	Telefonista Principal		7
		Telefonista de 1.ª Classe		
		Telefonista de 2.ª Classe		
Auxiliar	Operário Qualificado	Encarregado Qualificado		
		Operário Qualificado de 1.ª Classe		
		Operário Qualificado de 2.ª Classe		
	Operário Não Qualificado	Encarregado		
		Operário Não Qualificado de 1.ª Classe		
		Operário Não Qualificado de 2.ª Classe		

II- QUADRO DE PESSOAL DE REGIME ESPECIAL

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade Profissional a Admitir	N.º de Lugares
Médico	Médica	Chefe de Serviço	Saúde Pública, Cardiologia e Medicina Interna	14
		Assistente Graduado		
		Assistente		
		Interno Geral		
Enfermagem	Técnica Superior	Especialista em Enfermagem		7
		Licenciado em Enfermagem de 1.ª Classe		
		Licenciado em Enfermagem de 2.ª Classe		
		Licenciado em Enfermagem de 3.ª Classe	Técnico Superior de Enfermagem	
		Bacharel em Enfermagem de 1.ª Classe		
		Bacharel em Enfermagem de 2.ª Classe		
		Bacharel em Enfermagem de 3.ª Classe		
	Técnica	Técnico de Enfermagem Especializado		80
		Técnico de Enfermagem de 1.ª Classe	Técnico Médio de Enfermagem	
		Técnico de Enfermagem de 2.ª Classe		
		Técnico de Enfermagem de 3.ª Classe		
	Auxiliar	Auxiliar de Enfermagem de 1.ª Classe		20
		Auxiliar de Enfermagem de 2.ª Classe		
		Auxiliar de Enfermagem de 3.ª Classe		
Diagnóstico e Terapeuta	Técnica Superior	Téc. Ass. Principal de Diag. e Terap.		14
		Téc. de Diag. e Terap. 1.º Assessor		
		Téc. Ass. de Diag. e Terap.	Biologia, Microbiologia, Análises Clínicas e Saúde Pública	
		Téc. Principal de Diag. e Terap.		
		Téc. de Diag. e Terap. de 1.ª Classe		
		Téc. Sup. Diag. e Terap. de 2.ª Classe		
	Técnica	Téc. Espec. Principal de Diagnóstico e Terapêut.		45
		Téc. Espec. de Diag. e Terap.		
		Téc. Principal de Diag. e Terap.		
		Téc. de Diag. e Terap. de 1.ª Classe	Biologia, Microbiologia, Farmácia e Análises Clínicas	
		Téc. de Diag. e Terap. de 2.ª Classe		
	Auxiliar	Aux. Téc. de Diag. Terap. de 1.ª Classe		20
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 2.ª Classe		
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 3.ª Classe		

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade Profissional a Admitir	N.º de Lugares
Apoio Hospitalar	Acção Médica	Vigilante de 1.ª Classe		
		Vigilante de 2.ª Classe		
		Vigilante de 3.ª Classe		
		Maqueiro de 1.ª Classe		
		Maqueiro de 2.ª Classe		
		Maqueiro de 3.ª Classe		
		Barbeiro de 1.ª Classe		
		Barbeiro de 2.ª Classe		
		Barbeiro de 3.ª Classe		
		Catalogador de 1.ª Classe		
		Catalogador de 2.ª Classe		
		Catalogador de 3.ª Classe		
	Acção Alimentar	Cozinheiro Principal		
		Cozinheiro de 1.ª Classe		
		Cozinheiro de 2.ª Classe		
		Cozinheiro de 3.ª Classe		
		Copeiro de 1.ª Classe		
		Copeiro de 2.ª Classe		
		Copeiro de 3.ª Classe		
	Tratamento de Roupas	Operador de Lavandaria de 1.ª Classe		
		Operador de Lavandaria de 2.ª Classe		
		Operador de Lavandaria de 3.ª Classe		
		Costureiro de 1.ª Classe		
		Costureiro de 2.ª Classe		
		Costureiro de 3.ª Classe		
	Aprovisionamento e Vigilância	Fiel de Armazém de 1.ª Classe		
		Fiel de Armazém de 2.ª Classe		
		Fiel de Armazém de 3.ª Classe		
		Porteiro de 1.ª Classe		
		Porteiro de 2.ª Classe		
		Porteiro de 3.ª Classe		
	Total			416

ANEXO II
a que se refere o artigo 34.º do presente Estatuto



ANEXO III

Logotipo do ICCT a que se refere o n.º 2 artigo 37.º
do presente Estatuto



O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 281/14
de 30 de Setembro

Considerando que a utilização terapêutica de sangue humano ocupa um lugar fundamental na prestação de cuidados de saúde, sendo a sua disponibilidade uma contribuição insuperável para que o País atinja as metas estabelecidas pela OMS em relação à segurança transfusional e contribua para a materialização dos objectivos do milénio;

Tendo em conta ainda que quer as instituições prestadoras de cuidados de saúde, quer os cidadãos e a sociedade em geral, devem assumir a tarefa de promoção da dádiva benévola de sangue e zelar para que não se procure o mesmo em circuitos não oficiais, nem comerciais, para a sua aquisição;

Havendo necessidade de se criar o Instituto Nacional de Sangue e aprovar o seu Estatuto Orgânico, como Órgão que assegura, a nível do País a definição das políticas, dos planos de acção, assim como a coordenação de toda a actividade dos serviços de hemoterapia, quer no sector público, como no privado;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Criação)

É criado o Instituto Nacional de Sangue, abreviadamente designado INS.

ARTIGO 2.º
(Aprovação)

É aprovado o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Sangue, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

ARTIGO 3.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 4.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 5.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Julho de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Setembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ESTATUTO ORGÂNICO
DO INSTITUTO NACIONAL DE SANGUE

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Definição e natureza)

1. O Instituto Nacional de Sangue, abreviadamente designado por «INS», é uma pessoa colectiva pública dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para desenvolver acções no domínio da medicina transfusional, visando assegurar a realização das linhas de acção e dos objectivos da Política Nacional de Sangue superiormente estabelecida.

2. O INS é um Instituto Público do Sector Administrativo, dotado de personalidade e capacidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

ARTIGO 2.º
(Objecto)

O presente Diploma estabelece as normas sobre a organização e o funcionamento do INS.

ARTIGO 3.º
(Sede e âmbito)

O INS tem a sua sede em Luanda e exerce a sua actividade em todo o território nacional, através de serviços provinciais que podem ser criados sempre que a prossecução das suas atribuições se justificar.

ARTIGO 4.º
(Legislação aplicável)

O INS rege-se pelo presente Estatuto, pelas normas especiais estabelecidas pelo Ministério da Saúde e demais legislação sobre a Administração Pública.

ARTIGO 5.º
(Superintendência)

O INS está sujeito à superintendência do Titular do Poder Executivo, exercidas pelo Ministro da Saúde, que se traduz na faculdade de:

- a) Definir as grandes linhas e os objectivos principais da actividade do INS;
- b) Nomear e exonerar os responsáveis do INS;
- c) Indicar os objectivos, estratégias, metas e critérios de oportunidade político-administrativa, com enquadramento sectorial e global na administração pública e no conjunto das actividades económicas, sociais e culturais do País;
- d) Aprovar o estatuto do pessoal e o plano de carreiras do pessoal do quadro, bem como a tabela salarial dos que não estejam sujeitos ao regime da função pública;
- e) Autorizar a criação de representações locais.

ARTIGO 6.º
(Atribuições)

1. O INS tem as seguintes atribuições genéricas:

- a) Exercer a autoridade competente na área da medicina transfusional à qual incumbe assegurar a realização das linhas de acção e dos objectivos da Política Nacional de Sangue superiormente estabelecida;
- b) Coordenar, orientar, monitorizar e avaliar a nível nacional todas as actividades desenvolvidas pelos serviços integrados no Serviço Nacional de Sangue, respeitando os princípios da descentralização e autonomia dos serviços provinciais;
- c) Coordenar as estratégias, do ponto de vista normativo, metodológico e técnico, relativas às actividades de promoção da dádiva, colheita, processamento, estudo laboratorial, armazenamento, distribuição, disponibilização e administração do sangue e seus componentes, e outros produtos derivados destinados ao uso terapêutico, assim como a investigação científica nesta área.

2. O INS tem as seguintes atribuições específicas:

- a) Propor ao Órgão de superintendência as linhas de acção, os objectivos e as medidas legislativas adequadas que enformam a Política Nacional de Sangue, bem como assegurar a realização destes objectivos no quadro da Política Nacional de

Saúde a ser superiormente estabelecida e promover a organização e o desenvolvimento do Serviço Nacional de Sangue;

- b) Propor as medidas legislativas e administrativas consideradas necessárias à regulamentação das actividades dos serviços de transfusão sanguínea públicos ou privados, bem como do acto transfusional;
 - c) Coordenar a actividade transfusional a nível nacional;
 - d) Desenvolver o acervo estatístico e normativo nacional e divulgá-lo com vista à sua aplicação no quadro das metodologias estabelecidas pelos organismos internacionais e regionais de transfusão de sangue;
 - e) Assegurar o cumprimento das obrigações internacionais do Estado e a representação do País no âmbito das suas atribuições, designadamente junto da OMS e outras organizações;
 - f) Propor normas nacionais sobre o sangue que estejam conforme as respectivas normas internacionais;
 - g) Assegurar a articulação com os demais actores do Sistema Nacional de Saúde relativamente à prestação de serviço na área da medicina transfusional em instituições públicas, privadas e unidades de saúde de âmbito militar;
 - h) Desenvolver um Serviço Nacional de Sangue de referência na área da medicina transfusional;
 - i) Promover a criação de uma base de dados para o controlo dos dadores, das dádivas e dos pacientes beneficiários do sangue;
 - j) Assegurar o funcionamento do Sistema Angolano de Hemovigilância através dos Centros Provinciais de Sangue, em articulação com outras entidades competentes, nacionais e internacionais;
 - k) Obter informação epidemiológica sobre as doenças transmissíveis pelo Sangue e propor às autoridades competentes as medidas que forem necessárias;
 - l) Definir os requisitos e especificações para aquisição e distribuição de equipamento, material gastável e reagentes, a serem usados nos Centros Provinciais de Sangue, em articulação com os respectivos governos provinciais, sem prejuízo das suas responsabilidades neste domínio;
 - m) Contribuir para a formação das políticas do sangue, no âmbito da Política Nacional de Saúde.
3. No domínio da formação e investigação incumbe ao INS:
- a) Promover acções de formação em Imunohemoterapia, bem como a informação, educação, comunicação, aconselhamento, visando a consciencialização sobre a importância da dádiva benévola de sangue;

- b) Promover a correcta utilização do sangue, seus componentes e derivados;
 - c) Definir normas que garantam a qualidade do sangue colhido e transfundido, bem como mecanismos institucionais para o cumprimento dessas normas, nos Centros Provinciais de Sangue, bem como nas Unidades Sanitárias onde é realizada a prática transfusional;
 - d) Monitorizar e avaliar os serviços públicos e privados de transfusão sanguínea no âmbito das atribuições do INS;
 - e) Promover e apoiar a investigação no domínio das ciências e tecnologias da área da medicina transfusional;
 - f) Promover e apoiar a investigação no campo da Imunohemoterapia e das doenças transmissíveis pelo sangue e a introdução de metodologia alternativa ao uso de sangue homólogo;
 - g) Promover e apoiar a actualização científica dos profissionais integrados nos órgãos e serviços do Serviço Nacional de Sangue;
 - h) Desenvolver e ministrar educação e formação sobre a administração segura do sangue e dos seus componentes nos hospitais com actividade transfusional e, formação sobre reconhecimento e gestão de reacções adversas;
 - i) Propor normas de actuação clínica, laboratorial, investigação biomédica, pedagógica e laboral no que se refere a medicina transfusional;
 - j) Promover as condições adequadas de infra-estruturas, recursos humanos, técnicos, materiais para organização e desenvolvimento dos serviços transfusionais.
4. No domínio da promoção e dádiva de sangue:
- a) Promover os conhecimentos e sensibilização da população para a dádiva de sangue;
 - b) Promover e apoiar as actividades de voluntariado, designadamente de organizações de dadores de sangue;
 - c) Implementar e coordenar a mobilização e recrutamento de dadores de sangue voluntários e não remunerados, de baixo risco;
 - d) Definir e coordenar as acções de formação, informação, educação, comunicação, aconselhamento, tratamento e seguimento no âmbito da prática transfusional, direccionadas aos activistas e população em geral;
 - e) Planificar e executar campanhas nacionais para a promoção da dádiva de sangue;

f) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

5. No âmbito das atribuições referidas nos números anteriores, podem ser chamados a colaborar com o INS outros serviços, instituições nacionais, públicas e privadas, particularmente, em situações de emergência ou calamidade nacional e ainda assegurar a colaboração com os serviços de saúde privada e das forças armadas no domínio transfusional.

CAPÍTULO II Organização em Geral

ARTIGO 7.º (Órgãos e Serviços)

O INS compreende os seguintes Órgãos e Serviços:

1. Órgãos de Gestão:

- a) Conselho Directivo;
- b) Director Geral;
- c) Conselho Técnico-Científico;
- d) Conselho Fiscal.

2. Serviços de Apoio Agrupados:

- a) Departamento de Apoio ao Director Geral;
- b) Departamento de Administração e Serviços Gerais;
- c) Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação.

3. Serviços Executivos:

- a) Departamento Técnico e Laboratorial;
- b) Departamento de Promoção da Dádiva de Sangue, Gestão de Dadores e Marketing;
- c) Departamento de Enfermagem e Colheitas;
- d) Departamento Científico-Pedagógico, Clínico e de Apoio às Províncias;
- e) Departamento de Qualidade.

4. Serviços Locais:

Centro Provincial de Sangue.

CAPÍTULO III Organização em Especial

SECÇÃO I Órgãos de Gestão

ARTIGO 8.º (Conselho Directivo)

1. O Conselho Directivo é o órgão colegial encarregue de deliberar sobre os aspectos da gestão técnica e administrativa permanente, definindo as grandes linhas de orientação da actividade do INS.

2. O Conselho Directivo é composto pelos seguintes membros:

- a) Director Geral, que o preside;
- b) Directores Gerais-Adjuntos;
- c) Chefes de Departamento;
- d) Dois vogais nomeados pelo Ministro da Saúde.

3. O Presidente pode convidar quaisquer entidades, cujo parecer entenda necessário para a tomada de decisões relativas às matérias a serem tratadas pelo Conselho Directivo.

4. O Conselho Directivo tem as seguintes competências:

- a) Aprovar os instrumentos de gestão previsional e os documentos de prestação de contas do INS;
- b) Aprovar a organização técnica administrativa, bem como os regulamentos internos;
- c) Proceder ao acompanhamento sistemático da actividade do INS, tomando as providências que as circunstâncias exigirem;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

5. O Conselho Directivo reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

6. A convocatória das reuniões é feita com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, devendo conter a indicação precisa dos assuntos a tratar e ser acompanhada dos documentos sobre os quais o Conselho Fiscal é chamado a pronunciar-se.

ARTIGO 9.º (Director Geral)

1. O Director Geral é o órgão singular de gestão do INS, nomeado em comissão de serviço, por despacho do Ministro da Saúde, escolhido dentre os médicos especialistas nacionais com formação superior em gestão hospitalar.

2. O Director Geral tem as seguintes competências:

- a) Definir orientações e directivas de âmbito nacional para o INS;
- b) Representar o INS em juízo e fora dele;
- c) Dirigir os serviços internos, exercendo os poderes de gestão técnica, administrativa e patrimonial;
- d) Presidir o Conselho Directivo;
- e) Propor a nomeação e a exoneração dos responsáveis do INS ao Órgão de superintendência;
- f) Preparar os instrumentos de gestão previsional e os regulamentos internos que se mostrem necessários ao funcionamento do INS e submete-los a aprovação do Conselho Directivo para a sua execução;
- g) Remeter os instrumentos de gestão ao Órgão de superintendência e às instituições de controlo interno e externo, nos termos da legislação em vigor, após parecer do Conselho Fiscal;
- h) Promover e colaborar na organização de encontros nacionais e internacionais sobre matérias relativas a prossecução das atribuições do INS;
- i) Emitir ordens de serviço e instruções necessárias ao bom funcionamento do INS;

j) Elaborar na data estabelecida por lei, o relatório de actividades e as contas respeitantes ao ano anterior, submetendo-os à aprovação do Conselho Directivo;

k) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. No exercício das suas funções, o Director Geral é coadjuvado por dois Directores Gerais-Adjuntos, nomeados pelo Ministro da Saúde que exercem as competências que lhes são delegadas pelo Director Geral, bem como as especificadas em regulamentos internos.

4. Na ausência ou impedimento do Director Geral, este deve indicar um dos Directores Gerais-Adjuntos para o substituir.

ARTIGO 10.º (Conselho Técnico-Científico)

1. O Conselho Técnico-Científico é o órgão colegial de consulta e concertação nacional a quem compete pronunciar-se sobre questões metodológicas e de índole técnico-científica, estudar e elaborar recomendações relativas ao desenvolvimento, aplicação e adopção das políticas referentes ao INS, assim como da Rede Nacional Transfusional.

2. O Conselho Técnico-Científico é presidido pelo Director Geral e composto por responsáveis e quadros do INS.

3. O Presidente pode convidar para participar nas reuniões, quaisquer entidades, cujo parecer entenda necessário para a tomada de decisões relativas às matérias a serem tratadas pelo Conselho Técnico-Científico.

4. O Conselho Técnico-Científico reúne-se ordinariamente 2 (duas) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa, ou por solicitação do Conselho Directivo, ou a pedido de 1/3 dos seus membros.

5. A convocatória das reuniões é feita com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, devendo conter a indicação precisa dos assuntos a tratar e ser acompanhada dos documentos sobre os quais o Conselho Fiscal é chamado a pronunciar-se.

ARTIGO 11.º (Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é o órgão colegial de controlo e fiscalização interna, encarregue de analisar e emitir parecer de índole económico-financeira e patrimonial sobre a actividade do INS, nomeado pelo Ministro da Saúde.

2. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente indicado pelo titular do Órgão responsável pelo sector das finanças públicas e dois vogais indicados pelo Ministro da Saúde, devendo um deles ser especialista em contabilidade pública.

3. O Presidente pode convidar para participar nas reuniões, sem direito a voto, quaisquer entidades, cujo parecer entenda necessário para a tomada de decisões relativas às matérias a serem tratadas pelo Conselho Fiscal.

4. O Conselho Fiscal tem as seguintes competências:

- a) Emitir, na data legalmente estabelecida, parecer sobre as contas anuais, o relatório de actividades e a proposta de orçamento do INS;
- b) Emitir parecer sobre o cumprimento das normas reguladoras da actividade do INS;
- c) Proceder à verificação regular dos fundos existentes e fiscalizar a escrituração da contabilidade;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

5. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente de 3 (três) a 3 (três) meses e, extraordinariamente sempre que necessário ou convocatória do seu Presidente.

6. A convocatória das reuniões é feita com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, devendo conter a indicação precisa dos assuntos a tratar e ser acompanhada dos documentos sobre os quais o Conselho Fiscal é chamado pronunciar-se.

SECÇÃO II

Serviços de Apoio Agrupados

ARTIGO 12.º

(Departamento de Apoio ao Director Geral)

1. O Departamento de Apoio ao Director Geral é o serviço de apoio encarregue das funções de secretariado, direcção, assessoria técnica e jurídica, intercâmbio, formação.

2. O Departamento de Apoio ao Director Geral tem as seguintes competências:

- a) Elaborar estudos, emitir parecer e preparar informações sobre matérias de natureza jurídica;
- b) Secretariar o Director Geral;
- c) Assegurar a obtenção, actualização e divulgação da informação técnica referente à participação do INS nas reuniões regionais e internacionais;
- d) Garantir o tratamento bibliográfico, arquivístico e documental, de forma a manter actualizados as bases de dados de interesses para as actividades do INS;
- e) Assegurar a reprodução, tradução e retroversão de documentação;
- f) Servir de elo entre o INS e os órgãos de comunicação social e desenvolver actividades dirigidas à promoção da imagem da Instituição;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Apoio ao Director Geral é dirigido por um Chefe com formação superior em Ciências Sociais ou afins, nomeado pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

ARTIGO 13.º

(Departamento de Administração e Serviços Gerais)

1. O Departamento de Administração e Serviços Gerais é o serviço de Apoio encarregue da gestão orçamental, finanças, património, transportes e relações públicas e protocolo.

2. O Departamento de Administração e Serviços Gerais tem as seguintes competências:

- a) Assessorar o Director Geral na gestão dos sistemas financeiro, patrimonial e de pessoal;
- b) Prestar apoio administrativo e logístico aos demais órgãos e serviços;
- c) Assegurar a manutenção e conservação das instalações e equipamentos do INS;
- d) Assegurar o respeito dos bons procedimentos de gestão financeira para garantir que os recursos financeiros sejam utilizados com máxima eficiência;
- e) Velar pela gestão dos transportes;
- f) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Administração e Serviços Gerais é dirigido por um Chefe de Departamento, com formação superior em gestão ou ciências económicas, nomeado por despacho do Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

ARTIGO 14.º

(Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação)

1. O Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação é o serviço de apoio encarregue de assegurar a gestão de pessoal, modernização e inovação dos serviços.

2. O Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação tem as seguintes competências:

- a) Assegurar a gestão dos recursos humanos e das tecnologias de informação do INS;
- b) Promover e apoiar a adopção e manutenção de tecnologias de informação no INS e nos serviços de sangue e medicina transfusional Angolanos, visando o aumento da eficácia e segurança transfusional;
- c) Tratar das questões relativas ao recrutamento, selecção, mobilidade e desvinculação de pessoal;
- d) Velar pela assiduidade, avaliação de desempenho, remuneração, formação e desenvolvimento de carreiras;
- e) Gerir o arquivo documental e estatístico sobre os recursos humanos e protecção social;
- f) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação dirigido por um Chefe de Departamento, com formação superior em ciências sociais nomeado pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

SECÇÃO III
Serviços Executivos

ARTIGO 15.º
(Departamento Técnico e Laboratorial)

1. O Departamento Técnico e Laboratorial é o serviço executivo encarregue de assegurar a selecção e a definição das metodologias mais adequadas às necessidades técnico-laboratoriais para os serviços de sangue e de medicina transfusional.

2. O Departamento Técnico e Laboratorial tem as seguintes competências:

- a) Planear, implementar e realizar os testes imunohematológicos obrigatórios ao sangue e/ou componentes sanguíneos, para garantir a validação e disponibilidade em tempo útil do número necessário de componentes sanguíneos para satisfazer as necessidades transfusionais dos doentes nos serviços de saúde;
- b) Planear, implementar e realizar os testes de rastreio de agentes transmissíveis por transfusão obrigatórios ao sangue e/ou componentes sanguíneos, para garantir a validação e disponibilidade em tempo útil do número necessário de componentes sanguíneos para satisfazer as necessidades transfusionais dos doentes nos serviços de saúde;
- c) Planear, implementar e realizar os métodos de produção de componentes sanguíneos;
- d) Planear, implementar e realizar os métodos de controlo dos parâmetros da qualidade dos produtos e dos serviços prestados;
- e) Servir como Laboratório de Referência, auxiliando outras unidades de saúde no estudo e resolução de casos menos frequentes e/ou de maior complexidade;
- f) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento Técnico e Laboratorial é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 16.º
(Departamento de Promoção da Dádiva de Sangue,
Gestão de Dadores e Marketing)

1. O Departamento de Promoção da Dádiva de Sangue, Gestão de Dadores e Marketing é o serviço executivo encarregue da promoção da dádiva, recrutamento e mobilização de dadores.

2. O Departamento de Promoção da Dádiva de Sangue, Gestão de Dadores e Marketing tem as seguintes competências:

- a) Promover a adopção de atitudes, comportamentos e práticas individuais e colectivas na área da saúde e da medicina transfusional;

- b) Assegurar a sensibilização, mobilização, educação, recrutamento e fidelização de dadores de sangue voluntários e não remunerados, em articulação com as instituições públicas e privadas relevantes para a concretização dos objectivos estabelecidos;
- c) Apoiar o funcionamento das associações de dadores de sangue e das relacionadas com o uso terapêutico de sangue;
- d) Sensibilizar os cidadãos, em geral e os responsáveis da Administração a diversos níveis, para a necessidade da dádiva benévola, voluntária e altruísta de sangue;
- e) Gerir o interface relacional com os meios de comunicação social com o objectivo de facilitar a transmissão de informações correctas e acessíveis relativamente à actividade transfusional e promover a dádiva benévola, voluntária e altruísta;
- f) Fomentar e executar campanhas permanentes de promoção da dádiva de sangue benévola, voluntária e altruísta;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Promoção da Dádiva de Sangue, Gestão de Dadores e Marketing é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 17.º
(Departamento de Enfermagem e Colheitas)

1. O Departamento de Enfermagem e Colheitas é o serviço executivo encarregue de seleccionar, definir e aplicar as metodologias mais adequadas à colheita de sangue total e componentes sanguíneos para os serviços de sangue.

2. O Departamento de Enfermagem e Colheitas tem as seguintes competências:

- a) Planear e realizar sessões de colheita de sangue e/ou componentes sanguíneos, para garantir o número necessário de componentes sanguíneos para satisfazer as necessidades transfusionais dos doentes nos serviços de saúde, através da utilização dos recursos adequados;
- b) Realizar a triagem para qualificação de dadores, assegurando o cumprimento dos algoritmos de decisão médica aplicáveis;
- c) Proceder à rotulagem das unidades de sangue e/ou componentes sanguíneos colhidos, seguindo as melhores práticas, normas, directrizes e quaisquer outros regulamentos aplicáveis;
- d) Proceder à colheita de sangue e componentes sanguíneos a dadores, seguindo as melhores práticas, normas, directrizes e quaisquer outros regulamentos aplicáveis;

- e) Assegurar o cumprimento das orientações pré e pós-dádiva, nomeadamente acolhimento, refeições, e garantia do bem-estar do dador pós colheita;
- f) Garantir as condições de transporte adequadas do sangue, componentes sanguíneos e amostras desde os locais de colheita até ao local de processamento, seguindo as melhores práticas, normas adoptadas, directrizes e quaisquer outros regulamentos aplicáveis;
- g) Proceder ao controlo da qualidade das actividades realizadas;
- h) Prestar apoio técnico e metodológico às províncias, estabelecendo as melhores práticas e métodos no domínio da colheita;
- i) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Enfermagem e Colheitas é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 18.º

(Departamento de Qualidade)

1. O Departamento de Qualidade é o serviço executivo encarregue de desenvolver, implementar e manter um sistema de gestão de qualidade no INS e apoiar os serviços de sangue e/ou de medicina transfusional na implementação de sistemas de gestão da qualidade, definindo políticas, padrões e procedimentos para a uniformização dos sistemas da qualidade implementados na rede transfusional.

2. O Departamento de Qualidade tem as seguintes competências:

- a) Desenvolver um Sistema de Gestão de Qualidade segundo Normas Internacionais;
- b) Desenvolver e implementar procedimentos que permitam a normalização dos processos do INS com extensão à rede transfusional;
- c) Realizar e dinamizar o desenvolvimento e manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade de modo a que o conceito de melhoria contínua se consolide no INS;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

3. O Departamento de Qualidade é dirigido por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 19.º

(Departamento Científico-Pedagógico, Clínico e de Apoio às Províncias)

1. O Departamento Científico-Pedagógico, Clínico e de Apoio às Províncias é o serviço executivo ao qual compete:

- a) Promover o aumento do conhecimento e melhoria das práticas em medicina transfusional pela sistematização de informação produzida localmente

e externamente, através das actividades pedagógicas adequadas;

- b) Monitorizar e avaliar a actividade transfusional;
- c) Prestar assessoria técnica aos serviços para o diagnóstico e emitir pareceres e recomendações nos processos de licenciamento;
- d) Promover a implementação de normas e directrizes clínicas, técnicas e laboratoriais adoptadas a nível nacional;
- e) Obter dados caracterizadores da actividade da rede transfusional em toda a sua extensão, permitindo obter indicadores sobre a auto-suficiência, implementação de acções preventivas e/ou correctivas e conhecer o impacto das medidas tomadas;
- f) Promover a formação contínua do pessoal dos Serviços de Imuno-hemoterapia;
- g) Prestar apoio aos Centros Provinciais de Sangue;
- h) Promover actividades de Pós-graduação para os quadros superiores dos Serviços de Imuno-hemoterapia;
- i) Desenvolver e apoiar o uso adequado de componentes sanguíneos e hemoderivados em situações clínicas específicas;
- j) Promover cursos para os clínicos e outros profissionais das diversas áreas sobre o uso racional de sangue e seus componentes, bem como de outras actividades ligadas à imuno-hemoterapia;
- k) Envolver os responsáveis das áreas de desenvolvimento de recursos humanos, em todas as iniciativas de formação;
- l) Seleccionar e apoiar a implementação de novos métodos de tipagem de grupos sanguíneos e rastreio de marcadores de doenças transmissíveis pelo sangue;
- m) Utilizar a informação epidemiológica das colheitas de sangue de dadores de sangue para a tomada de decisões;
- n) Analisar as questões de natureza ética associadas à medicina transfusional e, sempre que solicitado, pronunciar-se sobre problemas decorrentes da prática clínica;
- o) Desenvolver estudos operacionais com o objectivo de melhorar a efectividade e eficiência das actividades do INS;
- p) Desenvolver estudos sociais qualitativos para identificar as eventuais barreiras à doação de sangue;
- q) Definir algoritmos para a decisão médica aplicável a doentes e qualificação de dadores;
- r) Definir a informação a dadores, a sua transposição para o questionário e consentimento informado;

s) Prestar assessoria clínica a outros serviços para diagnóstico, tratamento e emissão de pareceres e recomendações de acordo com as normas e directrizes adoptadas;

- t) Assegurar as actividades de formação, pesquisa, investigação, desenvolvimento, implementação e manutenção do sistema de hemovigilância no INS;
- u) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento Científico-Pedagógico, Clínico e de Apoio às Províncias é dirigido por um Chefe de Departamento.

SECÇÃO IV Serviços Locais

ARTIGO 20.º (Centro Provincial de Sangue)

1. O Centro Provincial de Sangue é o serviço local encarregue de realizar em cada Província acções do INS.

2. O Centro Provincial de Sangue tem a natureza de Departamento e estrutura-se em:

- a) Secção Técnico-Laboratorial de Colheitas;
- b) Secção Administrativa.

3. O Centro Provincial de Sangue tem as seguintes competências:

- a) Implementar e coordenar a mobilização e o recrutamento de dadores de sangue de baixo risco;
- b) Fazer colheitas, processamento, conservação e distribuição de sangue e componentes sanguíneos aos Serviços de Hemoterapia Hospitalares públicos e privados;
- c) Implementar a nível provincial as normas, directrizes e metodologias adoptadas a nível nacional;
- d) Obter informação epidemiológica sobre as doenças transmissíveis pelo Sangue;
- e) Recolher informação sobre a actividade transfusional a nível provincial;
- f) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

4. A criação de serviços locais deve resultar do reconhecimento através de actos dos titulares do Ministério da Saúde e da administração do território da sua necessidade efectiva na respectiva localidade.

5. O Centro Provincial de Sangue é dirigido por um Chefe de Departamento Provincial.

6. O Centro Provincial de Sangue de Luanda encontra-se integrado na estrutura organizacional do INS, de forma a ser a referência nacional na área da medicina transfusional.

CAPÍTULO IV Gestão Financeira e Patrimonial

ARTIGO 21.º (Autonomia financeira)

1. O INS é uma Instituição do Sector Social que, pela natureza das suas funções e tarefas, não reúne as condições susceptíveis de gerar receitas na actividade que desenvolve, e possui autonomia financeira limitada à gestão dos recursos aprovados pelo Orçamento Geral do Estado.

2. A gestão financeira e contabilística da dotação orçamental referida no número anterior fica sujeita às Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado e ao Plano Geral de Contabilidade Pública.

ARTIGO 22.º (Autonomia de gestão)

A gestão do INS é da responsabilidade dos seus órgãos, estando apenas sujeita às obrigações e limites inerentes aos poderes de superintendência nos termos da lei.

ARTIGO 23.º (Instrumentos de gestão)

1. A gestão do INS é orientada pelos seguintes instrumentos:

- a) Planos de actividade anual e plurianual;
- b) Orçamento próprio anual;
- c) Relatório de actividades;
- d) Balanço e demonstração da origem e aplicação de fundos.

2. Os instrumentos de gestão provisional a que se referem as alíneas a) e b) do número anterior devem, após apreciação e discussão pelo Conselho Directivo, ser submetidos ao Órgão de superintendência para aprovação.

ARTIGO 24.º (Aquisição de bens e serviços)

Para a realização das suas funções, o INS faz aquisição de bens e serviços mediante concurso público, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 25.º (Regime financeiro)

1. No domínio da gestão financeira, o INS está sujeito às seguintes regras:

- a) Elaborar orçamentos que projectem todas as receitas e despesas da Instituição;
- b) Sujeitar as transferências de receitas à Programação Financeira do Tesouro Nacional e do Orçamento Geral do Estado;
- c) Solicitar ao serviço competente do Ministério das Finanças as dotações inscritas no orçamento;
- d) Repor na Conta Única do Tesouro Nacional os saldos financeiros transferidos do Orçamento Geral do Estado e não aplicado;

- e) Viabilizar a realização de auditoria financeira interna ou externa, traduzida na análise das contas, da legalidade e regularidade financeiras das despesas efectuadas, bem como analisar a sua eficiência e eficácia;
- f) Acompanhar a execução financeira e orçamental através de um serviço de auditoria interna, tecnicamente independente dos Órgãos de gestão;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. A gestão financeira do INS não integra o poder de contrair empréstimos e créditos.

ARTIGO 26.º
(Venda de bens e serviços)

1. No âmbito das suas atribuições, o INS pode vender serviços ou praticar actos mercantis a pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, em conformidade com as normas legais em vigor.

2. A alienação de património mobiliário e imobiliário do INS carece de autorização do Ministério da Saúde e dos serviços competentes do Ministério das Finanças.

ARTIGO 27.º
(Responsabilidade por actos financeiros)

A prática de actos financeiros, em violação do disposto no presente Diploma e das leis gerais sobre a matéria, faz incorrer os seus autores em responsabilidade disciplinar, civil financeira e criminal.

ARTIGO 28.º
(Prestação de contas)

Anualmente, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, são submetidos aos órgãos competentes do Ministério das Finanças, com conhecimento do Ministério da Saúde, os seguintes documentos de prestação de contas:

- a) Relatório de encerramento do exercício financeiro, instruído com o parecer do Conselho Fiscal;
- b) Balancetes mensais e trimestrais.

ARTIGO 29.º
(Fiscalização do Tribunal de Contas)

O INS está sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas nos termos da lei.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 30.º
(Regime jurídico do pessoal)

O pessoal do quadro do INS está sujeito ao regime jurídico da função pública, sem prejuízo de poder ser recrutado pessoal

através do Contrato Individual de Trabalho, nos termos da Lei Geral do Trabalho.

ARTIGO 31.º
(Seleção)

A selecção do pessoal do INS é feita pelos Órgãos de Gestão e Direcção do Instituto mediante o concurso público conforme a legislação aplicável.

ARTIGO 32.º
(Quadro de pessoal)

O quadro de pessoal do regime geral e do regime especial do INS é o constante do Anexo I do presente Estatuto, do qual é parte integrante.

ARTIGO 33.º
(Organigrama)

O organigrama do INS é o constante no Anexo II ao presente Estatuto, do qual é parte integrante.

ARTIGO 34.º
(Suplemento remuneratório)

Por razões de complexidade e de natureza das actividades inerentes à luta contra as infecções sexualmente transmissíveis, VIH/SIDA e outras doenças transmissíveis, pelo sangue, bem como a realização de brigadas móveis de colheitas durante os fins-de-semana e feriados, os trabalhadores do INS podem, através de receitas próprias, beneficiar de uma remuneração suplementar a ser aprovada por decreto executivo conjunto do Ministro da Saúde, das Finanças e da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

ARTIGO 35.º
(Regulamento Interno)

A estrutura interna de cada Órgão e serviço que integra o INS é definida em diploma próprio a aprovar pelo Conselho Directivo.

ARTIGO 36.º
(Logotipo)

1. O INS tem um logotipo em forma redonda e no seu interior traz a representação de um coração em branco com uma gota de sangue suspenso, subentendendo-se que o coração é a máquina motora que faz circular o sangue pelo corpo representada pela parte vermelha, passando a mensagem «Dê Sangue e Salve Vidas», um apelo à solidariedade; a contornar identifica-se a marca do INS.

2. O logotipo do INS consta do Anexo III do presente Estatuto do qual é parte integrante.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ANEXO I

Quadro de pessoal a que se refere o artigo 32.º

A. Quadro de Pessoal dos Serviços Centrais

I - QUADRO DE PESSOAL DO REGIME GERAL

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/ Cargo	Especialidade profissional a admitir	N.º de Lugares
Chefia e Direcção	Direcção	Director Geral		1
		Director Geral-Adjunto		2
	Chefia	Chefe de Departamento		8
Técnico Superior	Técnica Superior	Assessor Principal	Administração, Direito, Economia, Gestão, Tecnologia de Informação	10
		1.º Assessor		
		Assessor		
		Técnico Superior Principal		
		Técnico Superior de 1.ª Classe		
		Técnico Superior de 2.ª Classe		
Técnico	Técnico	Técnico Especialista Principal	Contabilidade e Gestão de Empresa	8
		Técnico Especialista de 1.ª Classe		
		Técnico Especialista de 2.ª Classe		
		Técnico de 1.ª Classe		
		Técnico de 2.ª Classe		
		Técnico de 3.ª Classe		
Técnico Médio	Técnica Média	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	Gestão e Administração Gestão de Recursos Humanos, Direito, Tecnologia de Informação	11
		Técnico Médio Principal de 2.ª Classe		
		Técnico Médio Principal de 3.ª Classe		
		Técnico Médio de 1.ª Classe		
		Técnico Médio de 2.ª Classe		
		Técnico Médio de 3.ª Classe		
Administrativo	Administrativo	Oficial Administrativo Principal		10
		1.º Oficial		
		2.º Oficial		
		3.º Oficial		
		Aspirante		
		Escrivão-Dactilógrafo		
	Tesoureiro	Tesoureiro Principal		
		Tesoureiro de 1.ª Classe		
		Tesoureiro de 2.ª Classe		
	Motorista de Pesado	Motorista de Pesados Principal		15
		Motorista de Pesados 1.ª Classe		
		Motorista de Pesados 2.ª Classe		
	Motorista de Ligeiros	Motorista de Ligeiros Principal		
		Motorista de Ligeiros 1.ª Classe		
		Motorista de Ligeiros 2.ª Classe		
	Telefonista	Telefonista Principal		6
		Telefonista de 1.ª Classe		
		Telefonista de 2.ª Classe		
Auxíla	Aux. Limpeza	Aux. Limpeza Principal		2
		Aux. Limpeza 1.ª Classe		
		Aux. Limpeza 2.ª Classe		
	Operário	Encarregado Qualificado		2
		Operário Qualificado de 1.ª Classe		
		Operário Qualificado de 2.ª Classe		

II - QUADRO DE PESSOAL DE REGIME ESPECIAL

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	N.º de Lugares
Investigador	Investigativa	Investigador Coordenador	1
		Investigador Principal	1
		Investigador Auxiliar	1
		Assistente de Investigação	1
		Estagiário de Investigação	2
Médico	Médico	Chefe de Serviço	3
		Assistente Graduado	6
		Assistente	8
		Interno Complementar II	4
		Interno Complementar I	8
		Interno Geral	10
		Hematologistas, Saúde Pública	
Enfermagem	Técnica Superior	Especialista em Enfermagem	1
		Licenciado em Enfermagem de 1.ª Classe	1
		Licenciado em Enfermagem de 2.ª Classe	3
		Licenciado em Enfermagem de 3.ª Classe	6
		Bacharel em Enfermagem de 1.ª Classe	1
		Bacharel em Enfermagem de 2.ª Classe	2
		Bacharel em Enfermagem de 3.ª Classe	3
	Técnico	Técnico de Enfermagem Especializado	6
		Técnico de Enfermagem de 1.ª Classe	8
		Técnico de Enfermagem de 2.ª Classe	15
		Técnico de Enfermagem de 3.ª Classe	30
	Auxiliar	Auxiliar de Enfermagem de 1.ª Classe	
		Auxiliar de Enfermagem de 2.ª Classe	
		Auxiliar de Enfermagem de 3.ª Classe	
Diagnóstico e Terapêutica	Técnica Superior	Téc. Ass. Principal de Diag. e Terap.	3
		Téc. de Diag. e Terap. 1.º Assessor	3
		Téc. Ass. de Diag. e Terap.	3
		Téc. Principal de Diag. e Terap.	2
		Téc. de Diag. e Terap. de 1.ª Classe	2
		Téc. Sup. Diag. e Terap. de 2.ª Classe	7
		Téc. Espec. Principal de Diagnóstico e Terapêutica	5
		Téc. Espec. de Diag. e Terap.	5
		Téc. Principal de Diag. e Terap.	6
		Técnico de Laboratório e Electromedicina	8
	Auxiliar	Aux. Téc. de Diag. Terap. de 1.ª Classe	
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 2.ª Classe	
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 3.ª Classe	

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	N.º de Lugares
Apóio Hospitalar	Acção Médica	Vigilante de 1.ª Classe	5
		Vigilante de 2.ª Classe	
		Vigilante de 3.ª Classe	
		Maqueiro de 1.ª Classe	5
		Maqueiro de 2.ª Classe	
		Maqueiro de 3.ª Classe	
		Barbeiro de 1.ª Classe	
		Barbeiro de 2.ª Classe	
		Barbeiro de 3.ª Classe	
		Catalogador de 1.ª Classe	6
		Catalogador de 2.ª Classe	
		Catalogador de 3.ª Classe	
	Acção Alimentar	Cozinheiro Principal	6
		Cozinheiro de 1.ª Classe	
		Cozinheiro de 2.ª Classe	
		Cozinheiro de 3.ª Classe	
		Copeiro de 1.ª Classe	5
		Copeiro de 2.ª Classe	
		Copeiro de 3.ª Classe	
	Tratamento Roupas	Operador de Lavandaria de 1.ª Classe	3
		Operador de Lavandaria de 2.ª Classe	
		Operador de Lavandaria de 3.ª Classe	
		Costureiro de 1.ª Classe	
		Costureiro de 2.ª Classe	
		Costureiro de 3.ª Classe	
	Aprovisionamento e Vigilância	Fiel de Armazém de 1.ª Classe	6
		Fiel de Armazém de 2.ª Classe	
		Fiel de Armazém de 3.ª Classe	
		Porteiro de 1.ª Classe	4
		Porteiro de 2.ª Classe	
		Porteiro de 3.ª Classe	
Trabalho Social	Técnica Superior	Assistente principal	5
		Assistente Social de 1.ª Classe	
		Assistente Social de 2.ª Classe	
		Assistente Social de 3.ª Classe	
	Técnica Média	Educador Principal de 1.ª Classe	7
		Educador Principal de 2.ª Classe	
		Educador Principal de 3.ª Classe	
		Educador de 1.ª Classe	
		Educador de 2.ª Classe	
		Educador de 3.ª Classe	

B. Quadro de Pessoal dos Serviços Locais**1 - QUADRO DE PESSOAL DO REGIME GERAL**

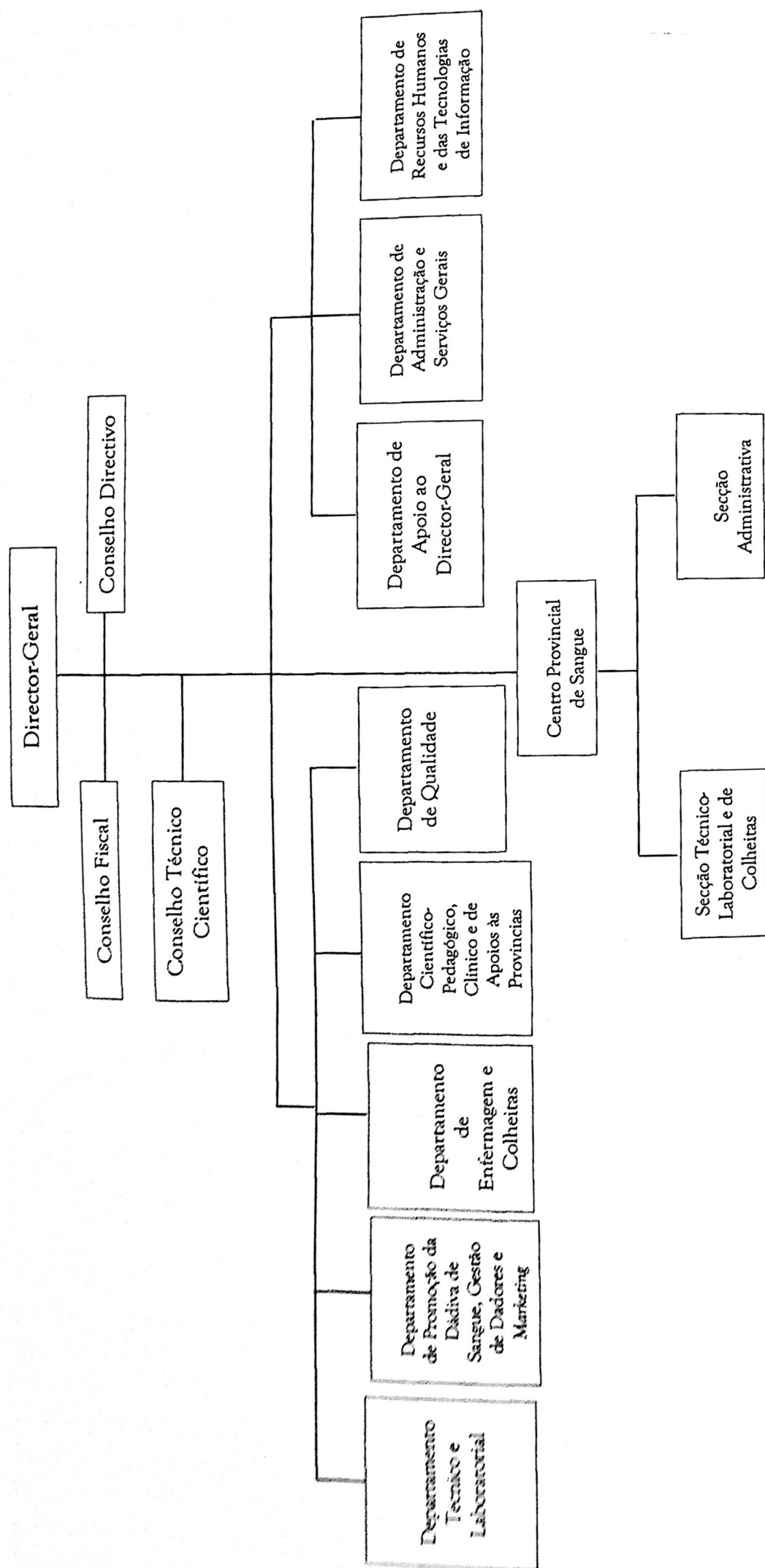
Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade profissional admitir	N.º de Lugares
	Chefia	Chefe de Departamento		18
		Chefe de Secção		36
Técnico de Superior	Técnico de Superior	Assessor Principal		
		1.º Assessor		
		Assessor		
		Técnico Superior Principal		
		Técnico Superior de 1.ª Classe		
		Técnico Superior de 2.ª Classe		
Técnico	Técnico	Técnico Especialista Principal		
		Técnico Especialista de 1.ª Classe		
		Técnico Especialista de 2.ª Classe		
		Técnico de 1.ª Classe		
		Técnico de 2.ª Classe		
		Técnico de 3.ª Classe		
Técnico Médio	Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe		
		Técnico Médio Principal de 2.ª Classe		
		Técnico Médio Principal de 3.ª Classe		
		Técnico Médio de 1.ª Classe		
		Técnico Médio de 2.ª Classe		
		Técnico Médio de 3.ª Classe		
Administrativo	Administrativo	Oficial Administrativo Principal		
		1.º Oficial		
		2.º Oficial		
		3.º Oficial		
		Aspirante		
		Escriturário-Dactilógrafo		
	Tesoureiro	Tesoureiro Principal		
		Tesoureiro 1.ª Classe		
		Tesoureiro 2.ª Classe		
	Motorista de Pesado	Motorista de Pesados Principal		
		Motorista de Pesados 1.ª Classe		
		Motorista Pesado 2.ª Classe		
	Motorista de Ligeiro	Motorista de Ligeiros Principal		
		Motorista de Ligeiros 1.ª Classe		
		Motorista de Ligeiros 2.ª Classe		
	Telefonista	Telefonista Principal		
		Telefonista de 1.ª Classe		
		Telefonista de 2.ª Classe		
	Auxiliar de Limpeza	Aux. Limpeza Principal		
		Aux. Limpeza 1.ª Classe		
		Aux. Limpeza 2.ª Classe		
	Operário	Encarregado Qualificado		
		Operário Qualificado de 1.ª Classe		
		Operário Qualificado de 2.ª Classe		

II - QUADRO DE PESSOAL DE REGIME ESPECIAL

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade profissional a admitir	N.º de Lugares
Médico	Médica	Chefe de Serviço	Hematológica e Saúde Pública	18
		Assistente Graduado		
		Assistente		
		Interno Complementar II		
		Interno Complementar I		
		Interno Geral		
Enfermagem	Técnico Superior	Especialista em Enfermagem	Técnico Superior de Enfermagem	18
		Licenciado em Enfermagem de 1.ª Classe		
		Licenciado em Enfermagem de 2.ª Classe		
		Licenciado em Enfermagem de 3.ª Classe		
		Bacharel em Enfermagem de 1.ª Classe		
		Bacharel em Enfermagem de 2.ª Classe		
		Bacharel em Enfermagem de 3.ª Classe		
	Técnico	Técnico de Enfermagem Especializado	Técnico de Enfermagem	252
		Técnico de Enfermagem de 1.ª Classe		
		Técnico de Enfermagem de 2.ª Classe		
		Técnico de Enfermagem de 3.ª Classe		
	Auxiliar	Auxiliar de Enfermagem de 1.ª Classe		
		Auxiliar de Enfermagem de 2.ª Classe		
		Auxiliar de Enfermagem de 3.ª Classe		
Diagnóstico e Terapêutica	Técnico Superior	Téc. Ass. Principal de Diag. e Terap.	Especialista em Saúde Pública, Biologia, Microbiologia, Análises Clínicas Electromedicina e Química	18
		Téc. de Diag. e Terap. 1.º Assessor		
		Téc. Ass. de Diag. e Terap.		
		Téc. Principal de Diag. e Terap.		
		Téc. de Diag. e Terap. de 1.ª Classe		
		Téc. Sup. Diag. e Terap. de 2.ª Classe		
	Técnica	Téc. Espec. Principal de Diagnóstico e Terapêutica	Técnico de Laboratório e Electromedicina	120
		Téc. Espec. de Diag. e Terap.		
		Téc. Principal de Diag. e Terap.		
		Téc. de Diag. e Terap. de 1.ª Classe		
		Téc. de Diag. e Terap. de 2.ª Classe		
	Auxiliar	Aux. Téc. de Diag. Terap. de 1.ª Classe		
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 2.ª Classe		
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 3.ª Classe		

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade profissional a admitir	N.º de Lugares	
Apóio Hospitalar	Acção Médica	Vigilante de 1.ª Classe			
		Vigilante de 2.ª Classe			
		Vigilante de 3.ª Classe			
		Maqueiro de 1.ª Classe			
		Maqueiro de 2.ª Classe			
		Maqueiro de 3.ª Classe			
		Barbeiro de 1.ª Classe			
		Barbeiro de 2.ª Classe			
		Barbeiro de 3.ª Classe			
		Catalogador de 1.ª Classe			
		Catalogador de 2.ª Classe			
		Catalogador de 3.ª Classe			
	Acção Alimentar	Cozinheiro Principal			
		Cozinheiro de 1.ª Classe			
		Cozinheiro de 2.ª Classe			
		Cozinheiro de 3.ª Classe			
		Copeiro de 1.ª Classe			
		Copeiro de 2.ª Classe			
		Copeiro de 3.ª Classe			
	Tratamento de Roupas	Operador de Lavandaria de 1.ª Classe			
		Operador de Lavandaria de 2.ª Classe			
		Operador de Lavandaria de 3.ª Classe			
		Costureiro de 1.ª Classe			
		Costureiro de 2.ª Classe			
		Costureiro de 3.ª Classe			
	Aprovisi- onamento e Vigilância	Fiel de Armazém de 1.ª Classe			
		Fiel de Armazém de 2.ª Classe			
		Fiel de Armazém de 3.ª Classe			
		Porteiro de 1.ª Classe			
		Porteiro de 2.ª Classe			
		Porteiro de 3.ª Classe			
Trabalho Social	Técnica Superior	Assistente Principal		18	
		Assistente Social de 1.ª Classe			
		Assistente Social de 2.ª Classe			
		Assistente Social de 3.ª Classe			
	Técnica Média	Educador Principal de 1.ª Classe		36	
		Educador Principal de 2.ª Classe			
		Educador Principal de 3.ª Classe			
		Educador de 1.ª Classe			
		Educador de 2.ª Classe			
		Educador de 3.ª Classe			
				1008	
	Total				

ANEXO II
Organigrama a que se refere o artigo 33.º



ANEXO III

Logotipo a que se refere o artigo 36.º



O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 282/14
de 30 de Setembro

A Constituição da República de Angola e a Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, das Actividades Petrolíferas, determinam que todos os jazigos de hidrocarbonetos líquidos e gasosos existentes nas áreas disponíveis da superfície e submersas do território nacional, nas águas interiores, no mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma continental fazem parte integrante do domínio público do Estado.

A referida Lei determina também no seu artigo 4.º que os direitos mineiros para a prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos são concedidos à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol-E.P.).

Atendendo que a Sonangol-E.P. tem interesse em executar operações petrolíferas na zona terrestre da Bacia do Kwanza, com o objectivo de diminuir o risco geológico e melhorar o conhecimento sobre o potencial dos hidrocarbonetos existentes;

Considerando que a Sonangol-E.P. pretende adquirir a Concessão do Bloco KON 4, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º

da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, e desenvolver tais operações petrolíferas como operadora e atribuir, através de um Contrato de Prestação de Serviço, a execução das operações à sua subsidiária Sonangol Pesquisa e Produção, SA (Sonangol P&P), nos termos do artigo 20.º da Lei das Actividades Petrolíferas;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Atribuição de direitos mineiros)

O Titular do Poder Executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, das Actividades Petrolíferas, concede à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol-E.P.), adiante designada por Concessionária Nacional, os direitos mineiros de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na Área de Concessão, tal como é definida no artigo 2.º do presente Diploma.

ARTIGO 2.º
(Área de Concessão)

1. A Área de Concessão é a descrita no Anexo A e encontra-se cartografada no Anexo B, ambos do presente Decreto Presidencial.

2. No caso de haver qualquer discrepância entre os dois anexos referidos no número anterior, prevalece a descrição da Área de Concessão que é feita no Anexo A.

3. Findo o período de pesquisa, apenas permanecem na Área da Concessão os jazigos petrolíferos que forem demarcados como áreas de desenvolvimento.

ARTIGO 3.º
(Duração da concessão)

1. A duração dos períodos da concessão é a seguinte:

a) Período de Pesquisa: 6 (seis) anos, contados a partir da data da publicação do presente Decreto Presidencial;

b) Período de Produção: 20 (vinte) anos por cada área de desenvolvimento, contados a partir da data da declaração da respectiva descoberta comercial.

2. Nos termos do n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, cada um dos períodos da concessão referidos no número anterior pode ser excepcionalmente prorrogado a requerimento da Concessionária Nacional.

ARTIGO 4.º
(Operador)

1. O operador designado para executar e orientar todos os trabalhos inerentes às operações petrolíferas de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área da concessão é a Sonangol-E.P.

2. A mudança do operador carece de prévia autorização do Ministério dos Petróleos.

3. O operador está sujeito ao estrito cumprimento das disposições contidas neste Decreto Presidencial e demais legislação aplicável, bem como no Contrato de Prestação de Serviço que vier a ser celebrado.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Presidente são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação
Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda,
aos 27 de Agosto de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Setembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

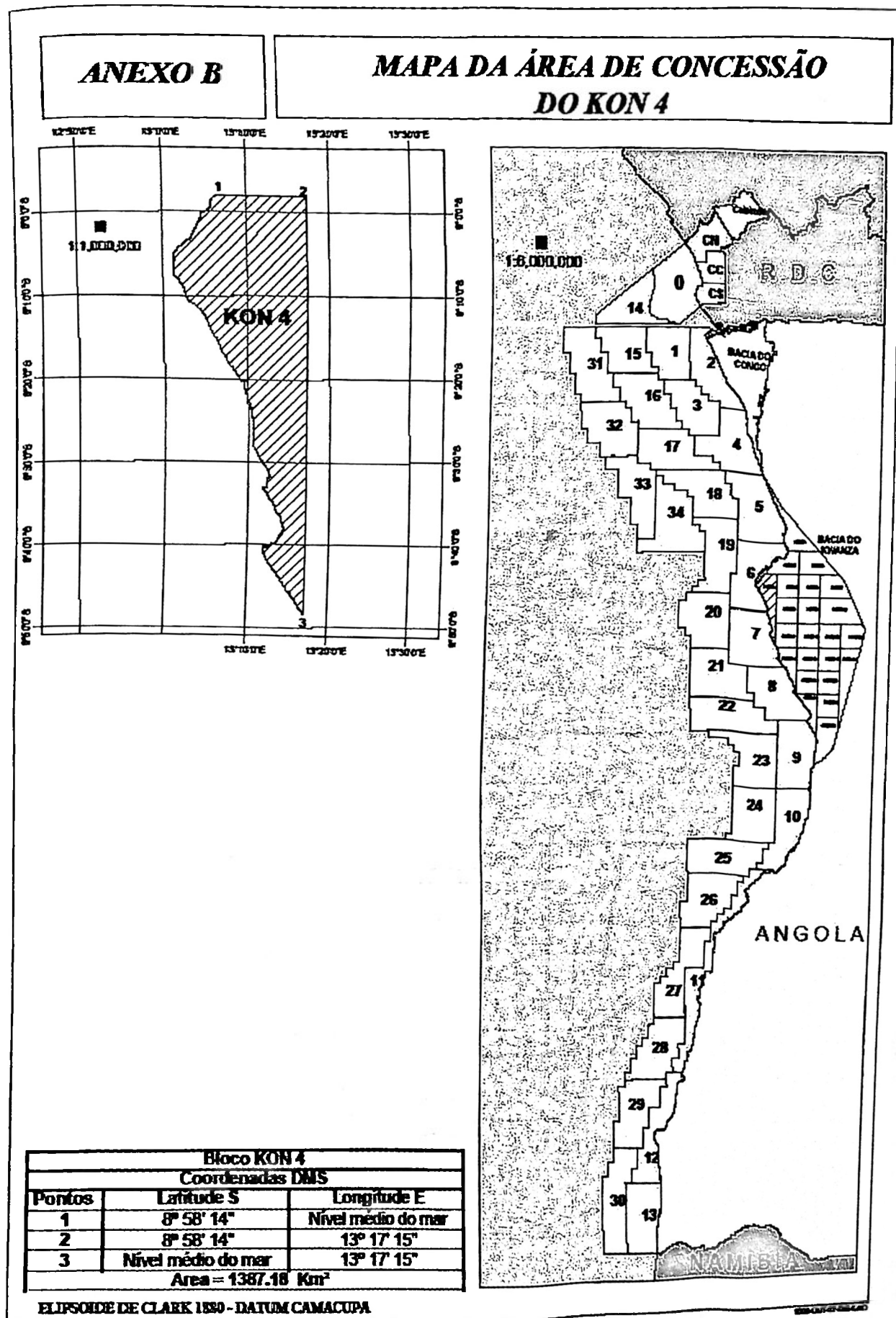
ANEXO A
Descrição da Área da Concessão

A Área da Concessão do Bloco KON 4 apresentada no anexo é limitada pelas linhas definidas pelos pontos 1 a 3 e está incluída no seguinte perímetro:

1. Começando com o ponto de intercepção entre o Paralelo 8º 58' 14" S e o nível médio das águas do Mar, temos o ponto 1 com as coordenadas de Latitude 8º 58' 14" S e Longitude o nível médio das águas do Mar. Partindo deste ponto em direcção Este, seguindo o Paralelo 8º 58' 14" S até interceptar o Meridiano 13º 17' 15" E, temos o ponto 2 com as coordenadas de Latitude 8º 58' 14" S e Longitude 13º 17' 15" E. Partindo deste ponto em direcção Sul, seguindo o Meridiano 13º 17' 15" E até interceptar a linha da costa, considerando o nível médio das águas do Mar, temos o ponto 3 com as coordenadas de Latitude o nível médio das águas do Mar e Longitude 13º 17' 15" E. Finalmente, partindo deste ponto para a direcção Noroeste, seguindo a linha da costa até interceptar o ponto 1.

2. As coordenadas acima citadas referem-se ao Datum de Camacupa no elipsóide de Clark 1880.

ANEXO B



O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.